



EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO PMSG Nº 002/2023.

INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2023 (Processo Administrativo nº 2.808/2022)

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o Município de São Gonçalo, por intermédio da **Secretaria Municipal de Compras e Suprimentos**, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo **menor preço por item**, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Federal nº 10.024 de 20 de setembro de 2019, do Decreto Municipal nº 093, de 15 de março de 2021, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas atualizações, do Decreto Municipal nº 057 de 11 de março de 2009, do Decreto nº 7892, de 23 de janeiro de 2013, da Lei Municipal nº 357/2011, a Instrução Normativa SEGES/MPDG n. 03/2018, aplicando-se subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: 06/02/2023

Horário: 10:00

Local: Portal de Compras do Governo Federal – www.comprasgovernamentais.gov.br

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é o registro formal de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviço de locação de veículos automotores, sem motoristas, com quilometragem livre, seguro total, sem franquia, que poderão vir a ser utilizados pelo Órgão Gestor (Secretaria Municipal de Administração) e Secretarias a serem beneficiadas, e pelos Órgãos/Entidades Participantes (demais Secretarias e Entidades administrativas), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. O critério de julgamento adotado será o **menor preço por item**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus anexos quanto às especificações do objeto.

2. DO ÓRGÃO GERENCIADOR E ÓRGÃOS PARTICIPANTES

2.1. O órgão gerenciador será a Secretaria Municipal de Administração.

2.2. Os órgãos participantes serão as Secretarias Municipais de Saúde e Defesa Civil e de Transportes, a Fundação Municipal de Saúde, a Fundação de Assistência à Saúde dos Servidores de São Gonçalo e o Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores Municipais de São Gonçalo.

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.



3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles que se tornem desatualizados.

3.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação

3.6. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A ata de registro de preços, durante sua validade, com propósito de estimular e incentivar fomento de competidores para o certame o qual deflui em persecução a proposta mais vantajosa, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666, de 1993 e no Decreto Municipal nº 057, de 2009.

4.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

4.3. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços, na forma do Art. 8º, § 3º do Decreto Municipal nº 057/2009 e na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado, ou ao quádruplo do quantitativo em se tratando de compras nacionais, conforme Art. 22, § 4º-A, II do Decreto Federal nº 7.892/2013, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

4.4. Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

4.5. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

4.5.1. Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.



5. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.

5.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

5.1.1. Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.

5.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

5.3. Não poderão participar desta licitação os interessados:

5.3.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

5.3.2. Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

5.3.3. **Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente, conforme determina Artigo 1.134 do Código Civil Brasileiro;**

5.3.4. Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

5.3.5. Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação. **As empresas em recuperação judicial que tenham seu plano de recuperação aprovado pelo juízo competente poderão participar do certame;**

5.3.6. Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

5.3.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

5.4. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

5.4.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

5.4.1.1. Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

5.4.1.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte;

5.4.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

5.4.3. Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

5.4.4. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;



5.4.5. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

5.4.6. Que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.

5.4.7. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.4.8. Que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

5.5. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital e seus anexos, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

6.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital e seus anexos, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

6.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

6.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.5. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

6.6. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

6.7. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6.8. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.



6.9. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

7.1. A licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

7.1.1. Valor unitário e total do item ou percentual de desconto;

7.1.2. Marca;

7.1.3. Modelo;

7.1.4. Ano;

7.1.5. Fabricante;

7.1.6. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência, indicando, no que for aplicável, o modelo, ano, fabricante, itens de séries e opcionais e registro no órgão competente, quando for o caso.

7.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a CONTRATADA.

7.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

7.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

7.6. O descumprimento das regras supramencionadas por parte das licitantes pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas do Estado e da União, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição da República Federativa do Brasil; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobre preço na execução do contrato.

8. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

8.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

8.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

8.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.2.3. A aceitação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito nas fases subsequentes.

8.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

8.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagem entre o Pregoeiro e os licitantes.

8.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item, limitado a quatro casas decimais.

8.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

8.7. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser 01 (um) centavo.

8.9. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

8.10. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

8.11. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.12. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

8.13. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

8.14. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Gestão do Ministério da Economia;

8.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

- 8.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 8.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 8.19. O Critério de julgamento adotado será o **menor preço por item**, conforme definido neste Edital e seus anexos.
- 8.20. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 8.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 8.22. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 8.23. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 8.24. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 8.25. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 8.26. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.
- 8.27. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).
- 8.28. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:
- 8.28.1. No país;
 - 8.28.2. Por empresas brasileiras;
 - 8.28.3. Por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;



8.28.4. Por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

8.29. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

8.30. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

8.31. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.32. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 24(vinte e quatro) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos anexos e documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

8.33. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

9. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

9.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto Municipal n.º 093/2021.

9.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

9.2.1 Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

9.3. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

9.4. A proposta de preço contendo as especificações detalhadas dos itens ofertados, com o valor atualizado da licitante detentora da melhor oferta, acompanhado com manuais/folders/encartes de cada item que compõe o grupo vencedor, se for o caso; proposta vencedora, DEVERÁ ser enviada ELETRONICAMENTE, NO PRAZO DE 24 (vinte e quatro) horas contando da solicitação do Pregoeiro, por meio da opção “ENVIAR ANEXO” do Portal Comprasnet, em arquivo único (conforme IN nº03/2018 MPOG art. 21, VI)

9.4.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

- 9.5. Caso a Licitante não logre êxito em enviar eletronicamente ou equivocar-se no envio do arquivo através do sítio oficial (COMPRASNET), deverá oficializar a solicitação ao Pregoeiro da reabertura do prazo remanescente no sistema, através de e-mail: pregaoeletronico@pmsg.rj.gov.br contendo o “*printscreen*” da tela e aviso por telefone **(21) 2199-6382**. Tal solicitação não será garantia da reabertura de prazo após a análise do Pregoeiro.
- 9.6. Caso o sítio oficial (COMPRASNET) esteja indisponível, deverá registrar através da Plataforma de Atendimento disponível no Portal de Compras Governamentais (<http://portaldeservicos.planejamento.gov.br> ou 0800-978-9001) um acionamento do ocorrido, remetendo o protocolo através de e-mail: pregaoeletronico@pmsg.rj.gov.br e aviso por telefone **(21) 2199-6382** ao Pregoeiro para reabertura do prazo remanescente no sistema. Após análise do Pregoeiro em consulta ao SERPRO, tal solicitação não será garantia da reabertura de prazo.
- 9.7. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 9.8. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.
- 9.9. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.
- 9.10. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.
- 9.11. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 9.12. Sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.
- 9.13. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.
- 9.14. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

10. DA HABILITAÇÃO

10.1. Habilitação jurídica:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

10.1.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.1.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

10.1.3. No caso de sociedade empresária: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento oficial comprobatório de identificação de seus sócios e administradores;

10.1.4. Caso o participante seja sucursal, filial ou agência, deve ser apresentada inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis ou Junta Comercial onde opera, com devida averbação também no Registro Público de Empresas Mercantis ou Junta Comercial onde tem sede a matriz;

10.1.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação e documento comprobatório de identificação dos sócios e seus administradores;

10.1.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

10.1.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização, conforme determina o art. 1.134 do Código Civil Brasileiro.

10.1.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da Consolidação respectiva.

10.1.9. Caso a licitante tenha constituído(s) procurador(es) que venha(m) atuar no presente processo, deverá ser encaminhada a procuração, emitida e registrada na forma da lei, acompanhada de documento oficial comprobatório de identificação do(s) procurador(es).

10.2. Regularidade fiscal e trabalhista:

10.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;

10.2.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;

10.2.3. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;

10.2.4. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

10.2.5. Prova de regularidade para com o Estado da sua sede, através da Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa de Débitos e da Dívida Ativa;

10.2.6. Prova de regularidade para com o Município da sua sede, através da Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa de Débitos e da Dívida Ativa;

10.2.7. Caso a licitante seja considerada isenta de inscrição e/ou dos tributos federais, estaduais ou municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração das respectivas Fazendas do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

10.2.8. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

10.2.9. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943.

10.2.10. Todos os documentos constantes nos subitens acima deverão ter validade na data estipulada no preâmbulo do Edital para envio da proposta.

10.2.11. Caso a licitante detentora do menor preço seja Microempresa, Empresa de Pequeno Porte, ou Sociedade Cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para que receba o tratamento diferenciado previsto na legislação, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de Regularidade Fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

10.2.12. A não apresentação de quaisquer dos documentos exigidos ocasionará a imediata inabilitação da licitante.

10.3. Qualificação Econômico-Financeira.

10.3.1. Certidão negativa de falência(s) ou recuperação(ões) judicial(is) expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

10.3.1.1. A licitante que tenha sede onde na Comarca já esteja em funcionamento o Processo Judicial Eletrônico-PJe, a Certidão de falência(s) ou recuperação(ões) judicial(is) deverá ser requerida diretamente ao Tribunal de Justiça do Estado-TJe.

10.3.1.2. As certidões descritas no subitem **10.3.1** que não possuam prazo de validade expresso deverão ter sido expedidas há menos de 90 (noventa) dias da data de recebimento da proposta.

10.3.2. Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa.

10.3.2.1. Não serão aceitos documentos contábeis com indicação de CNPJ ou NIRE diferentes do da licitante.

10.3.2.2. É vedada a sua substituição por Balancetes ou Balanços provisórios.

10.3.2.3. O prazo de vigência das Demonstrações Contábeis, e consequente aceitação destas, será considerado conforme previsto no inciso I do art. 1.078 do Código Civil.

10.3.2.4. No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, a apresentação de Balanço Patrimonial do último exercício financeiro (art. 3º do Decreto nº 8.538, de 2015);

10.3.2.5. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

10.3.2.6. É admissível o Balanço intermediário, se decorrer de lei ou Contrato Social/Estatuto Social.

10.3.2.7. Caso a licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

10.3.3. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), em que se encontre resultados superiores a 1 (um), conforme aplicação das fórmulas:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

$$\begin{aligned} \text{LG} &= \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\ \text{SG} &= \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\ \text{LC} &= \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \end{aligned}$$

10.3.4. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o Capital mínimo ou o Patrimônio Líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

10.4. Qualificação Técnica

10.4.1. Além da habilitação jurídica, qualificação econômico-financeira e regularidade fiscal e trabalhista, conforme determina a Lei nº 8.666/93, será considerada habilitada no certame, além das exigências administrativas e legais especificadas no Edital, a empresa que apresentar:

10.4.1.1. Um ou mais atestado(s) e/ou declaração(ões) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado em papel timbrado, em nome da licitante que comprove(m) aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazo em relação ao objeto da licitação.

10.4.1.2. Caso tenha havido alteração na razão social e o atestado de capacidade técnica tenha sido com o nome anterior da empresa, esta deverá anexar à documentação cópia da respectiva alteração contratual, devidamente autenticada pela Junta Comercial.

10.4.1.3. Será permitido o somatório de atestados.

10.4.1.4. Conforme previsto no art. 43, § 3º, da Lei nº 8.666/93, o CONTRATANTE poderá realizar diligência/visita técnica, a fim de se comprovar a veracidade do(s) Atestado(s) de Capacidade Técnica apresentado(s) pela LICITANTE, quando, poderá ser requerida cópia do(s) contrato(s), nota(s) fiscal(is) ou qualquer outro documento que comprove inequivocamente que o fornecimento apresentado no(s) atestado(s) foi(ram) realizado(s). Encontrada divergência entre o especificado nos atestados e o apurado em eventual diligência, além da desclassificação no processo licitatório, fica sujeita a licitante às penalidades cabíveis.

10.4.2. Não será aceito atestado de capacidade técnica emitido pela própria licitante.

10.4.3. A exigência de qualificação técnica faz-se necessária visando atender ao regramento do art. 27, II, c/c art. 30, §§ 1º e 4º, todos da Lei nº 8.666/93 e ao da alínea “d” do inciso XI do art. 3º do Decreto nº 093/2021, de modo a verificar a aptidão das licitantes para o cumprimento das obrigações objeto do certame.

10.5. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

10.6. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

10.7. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

10.8. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

10.8.1. A não regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

10.9. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

10.10. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

10.11. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

10.12. O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

10.13. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.

10.14. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

10.15. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

10.16. Em caso de anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou de pedido de homologação de recuperação extrajudicial, deverá ser comprovado, no momento da entrega da documentação exigida no presente item, que o plano de recuperação já foi aprovado ou homologado pelo Juízo competente, sob pena de inabilitação.



10.17. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

11. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

11.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de **24 (vinte e quatro) horas**, a contarda solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico, **conforme os subitens 9.4 a 9.7 deste edital**, e deverá:

11.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

11.1.2. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

11.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

11.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

11.4. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

11.5. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

11.6. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

11.7. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

11.8. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

11.8.1. A proposta final deverá ser encaminhada com os respectivos manuais, encartes/*folders*, *se for o caso* e demais informações pertinentes ao(s) respectivo(s) lote(s) vencidos no certame.

12. DOS RECURSOS

12.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.



12.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

12.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

12.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

12.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias corridos para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

13. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

13.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

13.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

13.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

13.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

13.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, ou, ainda, fac-símile, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

13.2.2. A convocação feita por e-mail ou fac-símile dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

14. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

14.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

14.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.



15. DO PREÇO

15.1. Os preços são fixos e irrevogáveis.

15.2. As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços poderão sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93 e no Decreto Municipal nº 057, de 2009.

16. DA DESCRIÇÃO, DO REGIME, DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

16.1. Estão previstos no Termo de Referência. (ANEXO I).

17. DO PAGAMENTO

17.1. O pagamento será realizada com base na quantidade de veículos utilizados, multiplicado pelo custo mensal de cada veículo de acordo com o valor registrado na Ata de Registro de Preços, mediante crédito em conta corrente de titularidade da CONTRATADA, desde que o pedido seja instruído com:

- a) Relatório mensal de prestação de serviços;
- a) Nota Fiscal devidamente atestada pelos 02 (dois) Fiscais do Contrato;
- b) Certidão de Regularidade do Empregador (FGTS);
- c) Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
- d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas; e
- e) Certidão de Regularidade Fiscal perante a Fazenda Pública Municipal de São Gonçalo.

17.2. O pagamento não poderá ser superior ao prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data final do período de adimplemento da respectiva parcela.

17.3. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados ao fornecimento e montagem dos bens, assim como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

18. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

18.1. Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.



18.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada e devolvida no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

18.3. O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

18.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

18.4.1. Será incluído na ata, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993;

19. DO TERMO DO CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

19.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

19.2. O adjudicatário terá o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

19.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de **05 (cinco) dias**, a contar da data de seu recebimento.

19.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

19.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

19.3.1. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;

19.3.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

19.3.3. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

19.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses prorrogável conforme previsão no instrumento contratual ou no termo de referência.



19.5. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

19.6. Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

19.7. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

20. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

20.1. As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

21. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

21.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

22. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

22.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

23. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

23.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

23.1.1. Não assinar o contrato quando convocado dentro do prazo de validade da proposta, não aceitar/retirar a nota de empenho dentro do prazo.

23.1.2. Apresentar documentação falsa;

23.1.3. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

23.1.4. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

23.1.5. Não mantiver a proposta;

23.1.6. Cometer fraude fiscal;

23.1.7. Comportar-se de modo inidôneo;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

23.2. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

23.3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

23.4. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

23.4.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

23.4.2. Multa de **0,33% (zero vírgula trinta e três por cento)** sobre o valor do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta dalicitante;

23.4.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

23.4.4. Impedimento de licitar e de contratar com o Município de São Gonçalo e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

23.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Licitante ressarcir a Administração pelos prejuízos causados;

23.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

23.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

23.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

23.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Municipal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

23.10. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o Município poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

23.11. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.



23.12. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade,

23.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

23.14. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

24. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

24.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

24.2. A impugnação será realizada na forma eletrônica, por meio do e-mail pregaoeletronico@pmsg.rj.gov.br.

24.3. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de até 02 (dois) dias úteis, contados da data de recebimento da impugnação.

24.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

24.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

24.6. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

24.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

24.8. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

24.9. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro serão entranhados nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

25. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

25.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

25.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

25.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

25.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

25.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

25.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

25.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

25.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

25.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

25.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

25.11. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico <http://www.comprasgovernamentais.gov.br> e <https://servicos.pmsg.rj.gov.br/licitacao/> e também poderão ser lidos e/ou obtidos na Secretaria Municipal de Compras e Suprimentos, endereço Rua Feliciano Sodré, nº 100, Centro, SG, nos dias úteis, no horário das 9:00 horas às 16:30 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

25.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência;

Anexo I do Termo de Referência - Das especificações dos veículos a serem locados;

Anexo II do termo de referência - Dos locais de entrega dos veículos;

ANEXO II – Proposta Comercial;

ANEXO III – Planilha Orçamentária;

ANEXO IV – Ata de Registro de Preços;

ANEXO V - Minuta de Contrato.

São Gonçalo, ____ de _____ de 2023.

LEONARDO NEVES DOS SANTOS DE OLIVEIRA

Secretário Municipal de Administração em exercício
Matrícula nº 122.993



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

FÁBIO RICARDO FONTES LEMOS

Secretário Municipal de Transportes

Matrícula nº 124.497

GLEISON ROCHA DA SILVA

Secretário Municipal de Saúde e Defesa Civil

Matrícula nº 17.379

DEIVID ROBERT CRESCI DE CAMPOS

Presidente da FMS

Matrícula nº 40.833

LUCIANA DE SOUZA ALVES DA COSTA

Presidente da FUNASG

Matrícula nº 13.911

MARCELLE CIPRIANI DE ALMEIDA

Presidente do IPASG

Matrícula nº 90.479



ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

Intenção de Registro de Preços:

☒ Sim ☐ Não

1. DA INTRODUÇÃO

1.1. O Município de São Gonçalo, por intermédio da Secretaria Municipal de Administração - SEMAD, deflagra o presente Termo de Referência visando à instauração de procedimento licitatório cujo objeto é a formação de registro de preços para a contratação futura e eventual de empresa especializada na prestação de serviço de locação de veículos automotores, sem motoristas, com quilometragem livre, seguro total, sem franquia.

2. DO OBJETO

2.1. O objeto do presente Termo de Referência é a formação de registro de preços para contratação futura e eventual de empresa especializada na prestação de serviço de locação de veículos automotores, sem motoristas, com quilometragem livre, seguro total, sem franquia, que poderão vir a ser utilizados pelo Órgão Gestor (Secretaria Municipal de Administração) e Secretarias a serem beneficiadas, e pelos Órgãos/Entidades Participantes (demais Secretarias e Entidades administrativas), conforme as condições e especificações constantes deste Termo.

3. DA MODALIDADE, DO TIPO DE LICITAÇÃO E DO REGIME DE EXECUÇÃO

3.1. A licitação objeto deste Termo dar-se-á na modalidade **pregão eletrônico, do tipo menor preço por item, a ser processada na forma de registro de preços**, em consonância com as Leis nº 10.520/2002 e nº 8.666/93 e com os Decretos nº 057/2009 e nº 093/2021.

3.2. Nos termos do Decreto nº 057/2009, a Secretaria Municipal de Administração – SEMAD será o Órgão Gestor.

3.3. As Secretarias Municipais de Saúde e Defesa Civil e de Transportes, a Fundação Municipal de Saúde, a Fundação de Assistência à Saúde dos Servidores de São Gonçalo e o Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores Municipais de São Gonçalo serão Órgãos/Entidades Participantes, nos termos do inciso IV do parágrafo único do art. 1º do Decreto nº 057/2009.

3.4. O regime de execução será de forma **indireta, por empreitada por preço unitário**, na forma do art. 6º, VIII, alínea “b”, da Lei nº 8.666/93, tendo em vista o objeto a ser contratado.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DO SERVIÇO



4.1. O serviço que se visa contratar enquadra-se na classificação de **serviço comum**, pois os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por este Termo, pelo Edital e por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado, nos termos do parágrafo único do artigo 1º da Lei nº 10.520/2002 e do art. 3º, II, do Decreto nº 093/2021.

5. DO FUNDAMENTO LEGAL

5.1. A contratação do serviço objeto deste Termo tem amparo legal nos Decretos nº 057/2009 e nº 093/2021 e, subsidiariamente, nas Leis nº 10.520/2002 e nº 8.666/93.

6. DA ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO E DAS RESPECTIVAS QUANTIDADES

6.1. O serviço objeto deste Termo e suas respectivas especificações e quantidades estão discriminados no **Anexo I**.

7. DAS JUSTIFICATIVAS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO

7.1. Atualmente, a Administração direta do Município de São Gonçalo é composta por 22 (vinte e duas) Secretarias e pelos Gabinetes do Prefeito (GP) e do Vice-Prefeito (GV-P), totalizando 24 (vinte e quatro) órgãos.

7.2. As aludidas Secretarias são as seguintes:

7.2.1. Procuradoria-Geral do Município - PGM;

7.2.2. Secretaria Municipal de Administração - SEMAD;

7.2.3. Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Pesca e Assuntos Portuários – SEMAPAP;

7.2.4. Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS;

7.2.5. Secretaria Municipal de Controle Interno – SEMCI;

7.2.6. Secretaria Municipal de Comunicação Social – SEMCOM;

7.2.7. Secretaria Municipal de Compras e Suprimentos – SEMCOMP;

7.2.8. Secretaria Municipal de Conservação – SEMCON;

7.2.9. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SEMDE;

7.2.10. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano – SEMDUR;

7.2.11. Secretaria Municipal de Educação – SEMED;

7.2.12. Secretaria Municipal de Esporte e Lazer – SEMEL;

7.2.13. Secretaria Municipal de Fazenda – SEMFA;

7.2.14. Secretaria Municipal de Gestão Integrada e Projetos Especiais – SEMGIPE;

7.2.15. Secretaria Municipal de Governo – SEMGOV;

7.2.16. Secretaria Municipal de Habitação – SEMHAB;

7.2.17. Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMMA;

7.2.18. Secretaria Municipal de Políticas sobre Álcool e Drogas – SEMPAD;

7.2.19. Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil – SEMSADC;

7.2.20. Secretaria Municipal de Transportes – SEMTRAN;



7.2.21. Secretaria Municipal de Ordem Pública – SEOP; e

7.2.22. Secretaria Municipal de Turismo e Cultura – SMTC.

7.3. Das 22 Secretarias, apenas 07 (sete) possuem veículos próprios; e dessas 07 (sete), apenas 03 (três) possuem veículos em condições de atendimento pleno às suas necessidades, que são as Secretarias Municipais de Educação, de Fazenda e de Gestão Integrada e Projetos Especiais. No caso das demais Secretarias, os veículos não mais se mostram viáveis à utilização, pois necessitam de reparos e manutenção (preventiva e corretiva), o que, conseqüentemente, demanda muito tempo e altos gastos ao Erário.

7.4. Porém, os órgãos da Administração direta deste Município possuem uma grande demanda operacional e administrativa diária para movimentar pessoas e recursos.

7.5. No caso da Prefeitura de São Gonçalo, servidores públicos e agentes políticos necessitam, diariamente, de transportes para exercerem suas atividades, que vão desde a mais simples tramitação de processos físicos e expedientes entre órgãos internos e externos, a fiscalizações e operações de urgência e emergência. Há, também, a necessidade diária de traslado de servidores e agentes políticos para eventos profissionais, reuniões e para o transporte de materiais para darem apoio às diversas atividades desenvolvidas por todas as Secretarias.

7.6. Essa diversidade de atividades implica em uma demanda por veículos de características plurais, que são atendidas, atualmente, por alguns dos veículos próprios do Município que se encontram aptos à utilização; porém, o atendimento se dá de forma parcial, pois, conforme apontado inicialmente, nem todas as Secretarias possuem veículos próprios e, por essa razão, necessitam solicitar o empréstimo às demais que possuem, o que nem sempre é viável.

7.7. Deve-se frisar que o atendimento diário das demandas, por meio da utilização de veículos – *quando disponíveis e aptos à utilização* -, se dá pelos servidores lotados em cada Secretaria, os quais, quando do cumprimento de seu mister, deslocam-se até outras Secretarias e/ou Entidades Administrativas localizadas fora da Sede da Prefeitura e de suas Pastas (no caso daquelas localizadas fora da Sede da Prefeitura), bem como até órgãos pertencentes a outros Entes Políticos (Estadual e Federal).

7.8. Porém, os veículos aptos à utilização não são suficientes frente à demanda diária de todas as Secretarias, o que traz grande prejuízo ao fluxo de trabalho e ao atendimento seguro e tempestivo das demandas externas.

7.9. Diante dessa necessidade diária, faz-se necessário que o deslocamento dos servidores e agentes políticos seja realizado com segurança e conforto, por meio de veículo automotor apto à perfeita utilização e que esteja prontamente à disposição das necessidades diárias de cada Órgão desta Administração direta, visando ao bem-estar dos servidores e agentes políticos e ao cumprimento tempestivo e eficiente das demandas.



7.10. No que concerne às Entidades pertencentes à Administração indireta deste Município, mais especificamente a Fundação Municipal de Saúde – FMS, a Fundação de Assistência à Saúde dos Servidores de São Gonçalo – FUNASG e o Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores Municipais de São Gonçalo – IPASG, os motivos que justificam a participação no certame licitatório objeto deste Termo são os mesmos apresentados pela Administração direta.

7.11. Nesse contexto, o objeto do presente certame visa à formação de registro de preços para atendimento à Secretaria Municipal de Administração, que será o Órgão Gestor, nos termos do subitem 3.2 deste Termo, às Secretarias Municipais de Agricultura, Pecuária, Pesca e Assuntos Portuários, de Ordem Pública, de Esporte e Lazer, de Assistência Social, de Controle Interno, de Comunicação Social, de Compras e Suprimentos, de Conservação, de Desenvolvimento Econômico, de Desenvolvimento Urbano, de Governo, de Habitação, de Políticas sobre Álcool e Drogas, de Turismo e Cultura, ao Gabinete do Prefeito e do Vice-Prefeito e à Procuradoria Geral do Município que serão beneficiadas pela Ata de Registro de Preços, conforme definição constante do Estudo Técnico Preliminar elaborado pela SEMAD.

7.12. As Secretarias Municipais de Transportes e de Saúde e Defesa Civil, a Fundação de Assistência à Saúde dos Servidores de São Gonçalo - FUNASG, o Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores Municipais de São Gonçalo – IPASG e a Fundação Municipal de Saúde – FMS integrarão a Ata de Registro de Preços como Órgãos Participantes, nos termos do inciso IV, do art.1º do Decreto nº 057/2009.

7.13. Desse modo, a pretensão de eventual e futuramente contratar o objeto deste Termo de Referência resta justificada, pois, além de trazer todas as benesses de um deslocamento seguro e confortável dos servidores quando do cumprimento de seus ofícios fora da Sede dos respectivos Órgãos de lotação, viabilizará que as demandas de cada Pasta e Entidade Administrativa sejam atendidas com rapidez e segurança, o que fortalecerá ainda mais a eficiência dos serviços prestados pela Administração direta e indireta do Município de São Gonçalo, por intermédio de seus servidores e agentes políticos.

8. DO LOCAL DE ENTREGA DOS VEÍCULOS

8.1. Após a emissão da Nota de Empenho, será efetivada a assinatura do contrato e a CONTRATADA procederá à entrega dos veículos, **em até 30 (trinta) dias corridos**, de acordo com os quantitativos demandados pelos Órgãos e Entidades Administrativas descritos no **subitem 2.1** deste Termo, nos endereços apontados no **Anexo III**.

8.2. A entrega dos veículos destinados à **Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil – SEMSADC** deverá ser realizada no endereço apontado no **Anexo III deste Termo**, no horário das 09h às 16h, de segunda a sexta-feira, mediante prévio agendamento com a Superintendência de Transportes, pelo telefone: (21) 97008-5176, ou pelo e-mail: marcelorn@pmsg.rj.gov.br;



8.3. Em relação aos veículos destinados à **Secretaria Municipal de Transportes - SEMTRAN**, a entrega deverá ser realizada no endereço apontado no **Anexo III deste Termo**, no horário das 09h às 16h, de segunda a sexta-feira, mediante prévio agendamento pelo telefone: (21) 97991-7551, responsável Sr. Rafael Lobosco Lisboa, ou pelo e-mail: transportes.gabinete@pmsg.rj.gov.br;

8.4. No que concerne aos veículos destinados aos **Gabinetes do Prefeito e do Vice-Prefeito e às demais Secretarias**, a entrega deverá ser realizada nos endereços apontados no **Anexo III deste Termo**, no horário das 09h às 16h, de segunda a sexta-feira, mediante prévio agendamento com a Superintendência de Patrimônio – SUPAT, pelo telefone: (21) 2199-6466 ou pelo e-mail: supat@pmsg.rj.gov.br;

8.5. No que tange aos veículos destinados à FMS, à FUNASG e ao IPASG, a entrega deverá ser realizada nos endereços apontados no Anexo III deste Termo, no horário das 09h às 16h, de segunda a sexta-feira, mediante prévio agendamento com as respectivas Entidades, pelos seguintes contatos:

a) **FMS:** Superintendência de Transportes, responsável Sr. Marcelo Rodrigues, telefone: (21) 97008-5176, ou pelo e-mail: marcelorn@pmsg.rj.gov.br;

b) **FUNASG:** Setor de Gerência Administrativa, responsável Sr.^a Renata Solidonio, telefone: (21) 3513-7289 e 99679-2421, ou pelo e-mail: gad@funasg.rj.gov.br;

c) **IPASG:** Setor de Gerência Administrativa, responsável Sr.^a Jacqueline Aparecida Ribeiro Ferreira de Oliveira, telefone: (21) 2605-4330 (Ramal 209), ou pelo e-mail: gad@ipasg.rj.gov.br.

8.6. Após a entrega dos veículos, os fiscais do contrato inspecioná-los-ão, visando à verificação do perfeito atendimento das especificações exigidas no **Anexo I** deste Termo.

9. DA HABILITAÇÃO TÉCNICA

9.1. Além da habilitação jurídica, qualificação econômico-financeira e regularidade fiscal e trabalhista, conforme determina a Lei nº 8.666/93, será considerada habilitada no certame, além das exigências administrativas e legais especificadas no Edital, a empresa que apresentar:

9.1.1. Um ou mais atestado (s) e /ou declaração (ões) de capacidade técnica, expedido (s) por pessoa (s) jurídica (s) de direito público ou privado em papel timbrado, em nome da licitante que comprove (m) aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazo em relação ao objeto da licitação.

9.1.2. Caso tenha havido alteração na razão social e o atestado de capacidade técnica tenha sido com o nome anterior da empresa, esta deverá anexar à documentação cópia da respectiva alteração contratual, devidamente autenticada pela Junta Comercial.

9.1.3. Será permitido o somatório de atestados.

9.1.4. Conforme previsto no art. 43, § 3º, da Lei nº 8.666/93, o CONTRATANTE poderá realizar diligência/visita técnica, a fim de se comprovar a veracidade do(s) Atestado(s) de Capacidade Técnica apresentado(s) pela LICITANTE, quando, poderá ser requerida cópia do(s) contrato(s), nota(s) fiscal(is)



ou qualquer outro documento que comprove inequivocamente que o fornecimento apresentado no(s) atestado(s) foi(ram) realizado(s). Encontrada divergência entre o especificado nos atestados e o apurado em eventual diligência, além da desclassificação no processo licitatório, fica sujeita a licitante às penalidades cabíveis.

9.2. Não será aceito atestado de capacidade técnica emitido pela própria licitante.

9.3. A exigência de qualificação técnica faz-se necessária visando atender ao regramento do art. 27, II, c/c art. 30, §§1º e 4º, todos da Lei nº 8.666/93 e ao da alínea “d” do inciso XI do art. 3º do Decreto nº 093/2021, de modo a verificar a aptidão das licitantes para o cumprimento das obrigações objeto do certame.

9.4. Habilitação jurídica

9.4.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.4.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

9.4.3. No caso de sociedade empresária: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento oficial comprobatório de identificação de seus sócios e administradores;

9.4.4. Caso o participante seja sucursal, filial ou agência, deve ser apresentada inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis ou Junta Comercial onde opera, com devida averbação também no Registro Público de Empresas Mercantis ou Junta Comercial onde tem sede a matriz;

9.4.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação e documento comprobatório de identificação dos sócios e seus administradores;

9.4.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

9.4.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização, conforme determina o art. 1.134 do Código Civil Brasileiro.

9.4.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da Consolidação respectiva.

9.4.9. Caso a licitante tenha constituído(s) procurador(es) que venha(m) atuar no presente processo, deverá ser encaminhada a procuração, emitida e registrada na forma da lei, acompanhada de documento oficial comprobatório de identificação do(s) procurador(es).

9.5. Regularidade fiscal e trabalhista



- 9.5.1.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;
- 9.5.2.** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;
- 9.5.3.** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;
- 9.5.4.** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 9.5.5.** Prova de regularidade para com o Estado da sua sede, através da Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa de Débitos e da Dívida Ativa;
- 9.5.6.** Prova de regularidade para com o Município da sua sede, através da Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa de Débitos e da Dívida Ativa;
- 9.5.7.** Caso a licitante seja considerada isenta de inscrição e/ou dos tributos federais, estaduais ou municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração das respectivas Fazendas do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;
- 9.5.8.** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.5.9.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943.
- 9.5.10.** Todos os documentos constantes nos subitens acima deverão ter validade na data estipulada no preâmbulo do Edital para envio da proposta.
- 9.5.11.** Caso a licitante detentora do menor preço seja Microempresa, Empresa de Pequeno Porte, ou Sociedade Cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para que receba o tratamento diferenciado previsto na legislação, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de Regularidade Fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.
- 9.5.12.** A não apresentação de quaisquer dos documentos exigidos ocasionará a imediata inabilitação da licitante.
- 9.6. Qualificação Econômico-Financeira**
- 9.6.1.** Certidão negativa de falência(s) ou recuperação(ões) judicial(is) expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- 9.6.1.1.** A licitante que tenha sede onde na Comarca já esteja em funcionamento o Processo Judicial



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

Eletrônico-PJe, a Certidão de falência(s) ou recuperação(ões) judicial(is) deverá ser requerida diretamente ao Tribunal de Justiça do Estado-TJe.

9.6.1.2. As certidões descritas **no subitem 9.6.1** que não possuam prazo de validade expresse deverão ter sido expedidas há menos de 90 (noventa) dias da data de recebimento da proposta.

9.6.2. Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa.

9.6.2.1. Não serão aceitos documentos contábeis com indicação de CNPJ ou NIRE diferentes do da licitante.

9.6.2.2. É vedada a sua substituição por Balancetes ou Balanços provisórios.

9.6.2.3. O prazo de vigência das Demonstrações Contábeis, e consequente aceitação destas, será considerado conforme previsto no inciso I do art. 1.078 do Código Civil.

9.6.2.4. No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, a apresentação de Balanço Patrimonial do último exercício financeiro (art. 3º do Decreto nº 8.538, de 2015);

9.6.2.5. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

9.6.2.6. É admissível o Balanço intermediário, se decorrer de lei ou Contrato Social/Estatuto Social.

9.6.2.7. Caso a licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9.6.3. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), em que se encontre resultados superiores a 1 (um), conforme aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$



9.6.4. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o Capital mínimo ou o Patrimônio Líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

10. DA VALIDADE DAS PROPOSTAS

10.1. O prazo das propostas não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

11. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

11.1. A Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir de sua publicação no Diário Oficial Eletrônico do Município de São Gonçalo.

12. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. Desde que devidamente justificada a vantagem, a Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.

12.2. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão formular pedido ao órgão gerenciador da ata, com a devida justifica e demonstração da vantagem da adesão pretendida, sem prejuízo do estrito cumprimento das condições exigidas pela Lei nº 8.666/93 e pelo Decreto nº 057/2009.

12.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

12.4. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços, consoante o regramento do art. 8º, §3º, do Decreto nº 057/2009, e, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado, independentemente do número de órgãos e entidades que porventura venham aderir à ata.

13. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

13.1. A Ata de Registro de Preços decorrente deste certame poderá ser cancelada de pleno direito, no todo ou em parte, nas situações previstas neste Termo de Referência, no Edital e seus anexos, e o dispostas na própria Ata.

13.2. O registro será cancelado quando o adjudicatário:

13.2.1. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

13.2.2. Não retirar a nota de empenho ou o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;



13.2.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

13.2.4. For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do art. 87, inciso IV, da Lei nº 8.666/93.

13.3. O cancelamento do Registro de Preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da Ata, devidamente comprovado e justificado:

13.3.1. Por razão de interesse público ou a pedido do fornecedor.

14. DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS

14.1. Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, devido à baixa complexidade do objeto a ser contratado, considerando que as empresas que atuam no mercado têm condições de prestar os serviços de forma independente.

15. DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

15.1. A licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

15.1.1. Valor unitário e total do item ou percentual de desconto;

15.1.2. Marca;

15.1.3. Modelo;

15.1.4. Ano;

15.1.5. Fabricante;

15.1.6. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência, indicando, no que for aplicável, o modelo, ano, fabricante, itens de séries e opcionais e registro no órgão competente, quando for o caso.

15.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a CONTRATADA.

15.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

15.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

15.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

15.6. O descumprimento das regras supramencionadas por parte das licitantes pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas do Estado e da União, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição da República Federativa do Brasil; ou condenação dos



agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobre preço na execução do contrato.

16. DO REAJUSTAMENTO

16.1. Os preços unitários dos serviços objeto deste contrato, desde que solicitado pela CONTRATADA e observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses contado da data limite para apresentação da proposta, ou, nos reajustes subsequentes ao primeiro da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, poderão ser reajustados, utilizando-se a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, mantido pelo Instituto Brasileiro de Geografia Estatística – IBGE, acumulado em 12 (doze) meses.

17. DO CONTRATO

17.1. O contrato a ser firmado com a licitante vencedora terá vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado até o limite previsto no art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

17.2. Da Alteração do Contrato:

17.2.1. O Contrato poderá ser alterado nas hipóteses do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

17.2.2. Durante a vigência do Contrato, a CONTRATADA poderá solicitar a revisão para manter o equilíbrio econômico-financeiro obtido na licitação, mediante a comprovação dos fatos previstos no art. 65, inciso II, alínea 'd', da Lei nº 8.666/93, inclusive com a comprovação da composição dos custos causados pela álea econômica extraordinária e extracontratual.

17.2.3. Os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro ou reajuste dos preços de contratos baseados em Atas de Registro de Preços deverão, sob pena de invalidade dos atos, sofrer análise contábil (se for o caso) e jurídica pelo CONTRATANTE, da viabilidade do feito.

17.2.4. Deferido o pedido, o reequilíbrio econômico-financeiro será registrado por aditamento ao Contrato, e o reajuste, mediante apostilamento.

18. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

18.1. DO CONTRATANTE:

18.1.1. Prestar à CONTRATADA todas as informações solicitadas e necessárias para a execução dos serviços;

18.1.2. Distribuir e controlar as corridas que serão executadas com os veículos locados;

18.1.3. Designar servidores para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato;

18.1.4. Notificar a CONTRATADA, por escrito, a ocorrência de eventuais falhas ou imperfeições na execução dos serviços, fixando prazo para sua correção;

18.1.5. Atestar a execução da prestação dos serviços e receber as faturas correspondentes, quando apresentadas na forma estabelecida no Contrato;



18.1.6. Efetuar o pagamento devido à Contratada pela execução dos serviços prestados, nos termos e prazos contratualmente previstos, após terem sido devidamente atestados pelos Fiscais do Contrato e visados pelo Gestor do Contrato, de acordo com a norma de contratação;

18.1.7. Indicar os endereços que servirão de bases para os postos de serviços, podendo alterá-los posteriormente, conforme suas necessidades;

18.1.8. As multas de trânsito serão ressarcidas pelos servidores que conduzirem os veículos.

18.2. DA CONTRATADA:

18.2.1. Os veículos disponibilizados para locação deverão atender às especificações contidas no Anexo I deste Termo de Referência, em perfeitas condições de utilização, conservação, trafegabilidade, funcionamento e segurança, obedecendo a todas as exigências estabelecidas pelas legislações de trânsito e ambiental, regulamentadas pelo DENATRAN, DETRAN/RJ e CONTRAN.

18.2.2. A CONTRATADA deverá disponibilizar os veículos no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, após assinatura do Contrato.

18.2.3. Os veículos obrigatoriamente deverão ser emplacados/licenciados, ser de propriedade da CONTRATADA e estar em perfeitas condições de uso e apresentação, nas características originais de fábrica e com os equipamentos obrigatórios exigidos pela Legislação de Trânsito, conforme especificações constantes do Anexo I deste Termo.

18.2.4. A CONTRATADA deverá assegurar que os veículos locados permaneçam à disposição do CONTRATANTE durante a vigência do contrato, em regime de tempo integral, ou seja, 24 (vinte e quatro) horas por dia, nos 07 (sete) dias da semana, não podendo ser utilizados para outros fins.

18.2.5. Os veículos serão utilizados no regime de quilometragem livre.

18.2.6. Os veículos serão objeto de vistoria, anotando-se na “Ficha de Vistoria”, fornecida pela CONTRATADA, todas as observações sobre seu estado, por ocasião de sua entrega e devolução.

18.2.7. Os veículos que não se apresentem em perfeitas condições de utilização deverão ser substituídos, imediatamente, pela CONTRATADA.

18.2.8. A CONTRATADA deverá, durante o período de contratação, substituir os veículos que atingirem 30 (trinta) meses de uso, ou os veículos que atingirem 70 (setenta) mil quilômetros, o que primeiro ocorrer, sem prejuízo das especificações descritas no **Anexo I deste Termo**.

18.2.9. A CONTRATADA responsabilizar-se-á pela manutenção preventiva e corretiva dos veículos, entendendo-se como preventiva aquela constante do plano de manutenção do fabricante (descrita no manual do veículo); e corretiva, aquela destinada ao reparo de defeitos que ocorrem de maneira aleatória, durante os intervalos entre as manutenções preventivas.

18.2.10. Serão consideradas como manutenção preventiva, além das indicadas pelo fabricante, obrigatoriamente: as trocas de óleo de motor, de câmbio, fluido de freio, fluido aditivo de radiador,



pastilhas de freio, correias do alternador e de distribuição, filtros de óleo, combustível e ar, amortecedores dianteiros e traseiros, e outros necessários ao perfeito funcionamento do veículo.

18.2.11. Após cada manutenção preventiva e corretiva, a CONTRATADA deverá efetuar a lavagem completa do veículo.

18.2.12. A manutenção dos veículos locados deverá ser efetuada no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, devendo ser justificado tecnicamente qualquer extrapolação do prazo acima estipulado.

18.2.13. A CONTRATADA deverá proceder ao rodízio de pneus a cada revisão preventiva, bem como à verificação do balanceamento do conjunto roda – pneus, e conferência do alinhamento da direção.

18.2.14. Os pneus deverão ser substituídos quando apresentarem risco, ou quando a profundidade dos sulcos da banda de rodagem estiver próximo de 1,6 mm, sendo que a identificação deste item é feita pela T.W.I. (*Tread Wear Indicators* - Indicador de Desgaste da Superfície de Rolamento).

18.2.15. A CONTRATADA deverá substituir, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, os veículos que estejam indisponíveis, sejam em razão de sinistros, reparos mecânicos, má conservação ou más condições de segurança.

18.2.16. As substituições deverão ocorrer nas dependências do CONTRATANTE, podendo, em situações excepcionais, mediante autorização expressa do gestor do Contrato, ocorrer nas dependências da CONTRATADA.

18.2.17. Não havendo substituição do veículo, por qualquer motivo, no prazo previsto, fica resguardado ao CONTRATANTE o direito de utilizar-se de outros meios, sendo, neste caso, a locação considerada como não realizada e, portanto, não cabendo faturamento, e a CONTRATADA estará sujeita às penalidades previstas no Contrato.

18.2.18. A CONTRATADA deverá disponibilizar serviço de guincho para todos os veículos locados, quando estes estiverem impossibilitados de locomoção (24 horas por dia, todos os dias da semana).

18.2.19. Ao CONTRATANTE não caberá qualquer ônus pela rejeição de veículos considerados inadequados pelo Gestor.

18.2.20. Ao término da vigência do Contrato, os veículos deverão ser devolvidos à CONTRATADA, após realização de inspeção pela CONTRATADA, obrigatoriamente acompanhada por representante do CONTRATANTE.

18.2.21. Não serão passíveis de ressarcimento as despesas referentes a manutenções por desgastes que decorram da utilização continuada do bem e do decurso de tempo, como por exemplo: desgaste de freios e embreagem, substituição de velas, filtros e lubrificantes, sistema de suspensão



(amortecedores, molas, caixa de direção), balanceamento e alinhamento, componentes elétricos e aranhões na pintura.

18.2.22. Os veículos deverão possuir seguro total, sem franquia para o CONTRATANTE, e a contratação do seguro deverá atender às seguintes características:

18.2.22.1. O contrato deverá contemplar a assistência 24 horas, em casos de panes ou acidentes, quando for inviável transitar com o veículo, situação em que deverá ser fornecido, gratuitamente, veículo do tipo guincho, sem limite de quilometragem;

18.2.22.2. O valor de cobertura para danos materiais causados a terceiros será de valor não inferior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais);

18.2.22.3. O valor de cobertura para danos corporais a terceiros será de valor não inferior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais);

18.2.22.4. Para os casos de morte ou invalidez dos ocupantes do veículo segurado, o valor de cobertura não deverá ser inferior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por passageiro;

18.2.22.5. O valor de cobertura para os casos de responsabilidade civil por danos morais não deverá ser inferior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais);

18.2.22.6. O prazo de vigência do seguro a ser contratado deverá ser contado a partir da assinatura do contrato até a devolução dos veículos;

18.2.22.7. A cobertura do seguro deverá ser abrangente, contemplando os casos de furto, roubo, incêndio, colisão, morte e/ou invalidez, danos materiais e corporais;

18.2.22.8. Em caso de sinistro que resulte em perda total do veículo segurado, a seguradora se obrigará ao pagamento de indenização, que deverá ser de 100% do valor de mercado à época do sinistro, auferido mediante publicações da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), considerando-se a última publicação anterior à ocorrência do sinistro.

18.2.23. A CONTRATADA fica obrigada a fornecer veículo reserva em caso de pane ou qualquer avaria que impossibilite a utilização do veículo principal. A devolução do veículo reserva somente ocorrerá após a disponibilização do principal.

18.2.24. A CONTRATADA deverá se responsabilizar pelo cumprimento de toda legislação vigente e encargos de qualquer natureza com o seu pessoal, incluindo encargos de natureza trabalhista, acidente de trabalho, pagamento de taxas, impostos, emolumentos, multas e demais contribuições fiscais que incidam ou venham incidir sobre a prestação de serviços.

18.2.25. Serão de responsabilidade do CONTRATANTE os pagamentos das multas de trânsito quando o condutor der causa, cabendo à CONTRATADA encaminhar, em tempo hábil, os boletos para solicitação de recurso do condutor, conforme estabelecido em Lei e antes do vencimento.

18.2.26. A CONTRATADA deverá comprovar no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da assinatura do Contrato, que possui capacidade operacional no Município de São Gonçalo, inclusive



com pessoal capacitado para a perfeita execução dos serviços, tais como: entrega dos veículos, substituições, manutenções, entre outros, disponibilizando telefone de contato que atenda 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana, mesmo em feriados e finais de semana, para atender situações excepcionais, dentro dos prazos máximos estabelecidos.

18.2.27. Disponibilizar, mensalmente, notas fiscais com descrição do serviço contratado ao CONTRATANTE;

18.2.28. Não serão aceitos veículos diferentes dos que constarem da Ata de Registro de Preço objeto deste Termo, a menos que seja comprovada, documentalmente, a inviabilidade de entrega dos tipos registrados, devendo tal modificação passar pela autorização do CONTRATANTE.

18.2.29. A CONTRATADA deverá manter, durante a vigência do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Termo de Referência, o que será verificado quando dos pagamentos à CONTRATADA;

18.2.30. A CONTRATADA deverá prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo CONTRATANTE, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar-lhe ciência imediatamente e por escrito de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do Contrato.

18.2.31. A CONTRATADA deverá entregar os veículos com o reservatório de combustível abastecido em sua capacidade máxima, sendo esta a única ocasião de abastecimento pela CONTRATADA.

18.2.32. DAS PENALIDADES DE TRÂNSITO

18.2.32.1. A CONTRATADA deverá encaminhar a infração e a penalidade de trânsito ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos após a data de recebimento, juntamente com cópia do AR (aviso de recebimento), sob pena de responsabilizar-se solidariamente, caso o condutor seja cerceado de seu direito de defesa. (Resolução CONTRAN Nº 619, de 06/09/2016, e suas alterações).

18.2.32.2. Decorridos os prazos de defesa, autuação de infração de trânsito (1ª instância) e autuação de penalidade de infração de trânsito (2ª instância), em caso de indeferimento de recurso ou de não interposição de recurso, a CONTRATADA deverá pagar a multa e solicitar reembolso junto ao CONTRATANTE, via nota de débito, junto com o comprovante de pagamento.

18.2.32.3. Quando do recebimento da notificação de infração, o CONTRATANTE deverá identificar de imediato o condutor ou informar o porquê de sua não identificação, caso a infração seja de responsabilidade do CONTRATANTE.

18.2.32.4. Se o condutor julgar necessário, poderá entrar com recurso de multa de trânsito junto ao Órgão competente, sendo de sua inteira responsabilidade a elaboração e defesa do recurso.

18.2.32.5. Os recursos de multas de trânsito deverão ser acompanhados pelo setor responsável pela utilização dos veículos, que deverá informar ao Setor a que o servidor esteja lotado sobre o resultado do julgamento.



18.2.32.6. Os valores apurados em decorrência de multas serão debitados em folha de pagamento, respeitadas as condições previstas na legislação vigente, desde que previamente autorizados pelo servidor ou após julgamento do competente processo administrativo.

18.2.32.7. Poderão os condutores dos veículos sofrer medidas administrativas e disciplinares, de acordo com a gravidade da multa, de seus atos na condução do veículo oficial e do veículo auxiliar e suas sucessivas reincidências, onde serão consideradas as condições operacionais e circunstanciais que resultaram na incorreta condução do veículo.

18.2.32.8. Se a infração for de responsabilidade da CONTRATADA, o CONTRATANTE deverá informar o porquê de não assumir a responsabilidade pela multa, bem como devolver a notificação à CONTRATADA.

18.2.32.9. O CONTRATANTE deverá providenciar o ressarcimento à CONTRATADA dos valores pagos pelas infrações de trânsito de sua responsabilidade exclusiva, ou do servidor condutor, aplicadas no período correspondente à execução do Contrato.

19. DO RECEBIMENTO (ACEITE)

19.1. O recebimento do objeto deste Termo dar-se-á por intermédio dos Fiscais de Contrato previamente designados pelo CONTRATANTE, da seguinte forma:

19.1.1. Provisoriamente: o recebimento provisório dar-se-á mediante Relatório do Fiscal de Contrato, **em até 05 (cinco) dias úteis**, ao final do período mensal executado, contendo o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do Contrato e demais documentos que julgar necessário;

19.1.1.1. Os Fiscais de Contrato notificarão a CONTRATADA para, querendo, no prazo de 02 (dois) dias úteis, impugnar os apontamentos do Relatório ou emitir a Nota Fiscal/Fatura no valor apurado.

19.1.1.2. Na hipótese de a CONTRATADA apresentar impugnação ao Relatório, os Fiscais de Contrato emitirão novo Relatório, **no prazo de até 05 (cinco) dias úteis**, com a análise dos argumentos da CONTRATADA.

19.1.1.3. Em hipótese alguma será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados.

19.1.2. Definitivamente: os Fiscais de Contrato atestarão o recebimento do serviço, com aposição de assinatura nas vias do Documento Auxiliar da NF-e (Danfe) ou na Nota Fiscal, **em até 05 (cinco) dias úteis**, contados do recebimento provisório.

19.2. Na hipótese de a verificação a que se refere o **subitem 19.1.1** não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.



19.3. Somente serão aceitas e enviadas para processo de pagamento as Notas Fiscais acompanhadas da respectiva Requisição/Ordem de Serviço e devidamente atestadas pelo(s) responsável(is) pela gestão da Ata de Registro de Preços, e que espelhem o exposto na referida Requisição/Ordem de Serviço.

19.4. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes de possíveis vícios redibitórios.

19.5. Todos os veículos deverão estar com o tanque de combustível completo, devidamente lavados, limpos por dentro, com todos seus itens obrigatórios e opcionais aptos à plena utilização, com toda documentação correlata regular e com os respectivos manuais fornecidos pelo fabricante, entre outros.

20. DO PAGAMENTO

20.1. O pagamento será realizada com base na quantidade de veículos utilizados, multiplicado pelo custo mensal de cada veículo de acordo com o valor registrado na Ata de Registro de Preços, mediante crédito em conta corrente de titularidade da CONTRATADA, desde que o pedido seja instruído com:

- a) Relatório mensal de prestação de serviços;
- a) Nota Fiscal devidamente atestada pelos 02 (dois) Fiscais do Contrato;
- b) Certidão de Regularidade do Empregador (FGTS);
- c) Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
- d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas; e
- e) Certidão de Regularidade Fiscal perante a Fazenda Pública Municipal de São Gonçalo.

20.2. O pagamento não poderá ser superior ao prazo de 30 (trinta) dia, contados a partir da data final do período de adimplemento da respectiva parcela.

20.3. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados ao fornecimento e montagem dos bens, assim como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

21. DAS MEDIDAS ACAUTELADORAS

21.1. O CONTRATANTE poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

22. DO CONTROLE DA EXECUÇÃO

22.1. A fiscalização da execução do objeto deste Termo será exercida por 02 (dois) servidores públicos indicados pelo CONTRATANTE, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do objeto, e de tudo dará ciência ao CONTRATANTE.

22.2. Os fiscais do CONTRATANTE deverão ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução do objeto deste Termo de Referência.



22.3. A fiscalização de que trata o **subitem 22.1** não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior; e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de servidores, consoante o disposto no artigo 70 da Lei nº 8.666/93.

22.4. Os fiscais anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

23. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

23.1. Pela mora na execução e/ou inexecução total ou parcial do objeto definido neste Termo de Referência, o CONTRATANTE aplicará à CONTRATADA as penalidades previstas na legislação pertinente.

23.2. Serão aplicadas penalidades no caso de execução do objeto deste Termo em desacordo com as especificações e com a proposta fora dos prazos estabelecidos e quando não forem cumpridas as condições de garantia contra falhas e ou defeitos, tais como:

23.2.1. Advertência;

23.2.2. Multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;

23.2.3. Suspensão temporária;

23.2.4. Declaração de inidoneidade.

23.3. Aplicação da Advertência por escrito:

23.3.1. Caso a CONTRATADA infrinja quaisquer das obrigações ajustadas no CONTRATO e for a primeira falta, ser-lhe-á aplicada uma Advertência por escrito. Neste caso, será concedido, formalmente, pela FISCALIZAÇÃO, prazo à CONTRATADA para sanar as irregularidades.

23.4. Aplicação de Multa por Atraso Injustificado ou Inexecução Total ou Parcial do Objeto do Contrato:

23.4.1. Os servidores designados a exercer a fiscalização da execução do contrato, observados os prazos estabelecidos para seu cumprimento integral ou parcial, deverão comunicar à autoridade responsável pela contratação a ocorrência de atraso injustificado em sua execução, bem como a sua inexecução total ou parcial, a fim de viabilizar a aplicação das multas previstas na Lei nº 8.666/93.

23.4.2. A multa à que se referem o art. 86 e o inciso II do art. 87 da Lei nº 8.666/93 pode ser definida e aplicada nas situações seguintes:

- a) por atraso, nos Contratos de Compras, em geral;
- b) por inexecução total ou parcial;



- c) no caso de atraso de até 30 (trinta) dias, multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor da obrigação, por dia corrido de atraso;
- d) no caso de atraso entre o 31º (trigésimo primeiro) dia até o 60º (sexagésimo) dia, multa de 8% (oito por cento) sobre o valor da obrigação, por dia corrido de atraso.

23.5. Disposições Gerais com relação à aplicação da multa:

23.5.1. Poderá ser aplicada Multa Especial, no valor equivalente a 10% (dez por cento) do valor da contratação, quando a CONTRATADA, sem a existência de motivo justo, der causa à sua rescisão.

23.5.2. Em toda e qualquer fase ou etapa da contratação, estará a CONTRATADA sujeita à multa correspondente à diferença de preço resultante da nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação.

23.5.3. As multas, quando cabíveis e aplicáveis, serão cumulativas com as demais penalidades, eventualmente passíveis de imposição.

23.5.4. As multas serão recolhidas em favor do CONTRATANTE, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da notificação do ato que as impuser à CONTRATADA, assegurados, em qualquer caso, o contraditório e a ampla defesa, consoante a regra prevista na alínea “f” do inciso I do art.109 da Lei nº 8.666/93.

23.5.5. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA antes da comprovação do recolhimento da multa ou da prova da sua não aplicabilidade por ato formal do Secretário Municipal de Administração.

23.5.6. Se os valores das multas referidas nos itens anteriores não forem pagos ou depositados voluntariamente pela CONTRATADA, no prazo estipulado, será promovido o desconto do valor devido, primeiramente executando-se a garantia (se houver) e se esta não for suficiente, descontando-se o valor da multa das parcelas a serem pagas. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito por parte da CONTRATADA, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou inscrito como Dívida Ativa do Município e cobrado judicialmente.

23.5.7. A imposição de qualquer penalidade não exime a CONTRATADA do cumprimento de suas obrigações, nem de promover as medidas necessárias para reparar ou ressarcir eventuais danos, perdas e prejuízos que seu ato punível venha a acarretar à Administração Pública.

23.5.8. Será considerado como inexecução total do Contrato, por parte da CONTRATADA, atraso superior a 60 (sessenta) dias corridos.

23.5.9. Em todos os casos, a penalidade de multa será aplicada pelo Secretário Municipal de Administração.

23.6. Suspensão temporária: É a penalidade que suspende a participação em Licitação e declara o impedimento de contratar com o MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO, por prazo não superior a 2 (dois) anos, a ser estabelecida pelo Chefe do Poder Executivo, em despacho fundamentado e publicado no Diário Oficial.



23.7. Declaração de inidoneidade: É a declaração que impede a Empresa Licitante ou CONTRATADA de licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição. Poderá haver a reabilitação perante a própria Autoridade que aplicou a penalidade, assim que a Licitante ou CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes, depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

23.8. O processo de pedido de Declaração de Inidoneidade da Licitante ou CONTRATADA será encaminhado à Procuradoria Geral do Município para apreciação, antes de ser publicado.

24. DA GARANTIA FINANCEIRA DA EXECUÇÃO

24.1. Não será exigida garantia de execução para este objeto.

25. DA SUBCONTRATAÇÃO

25.1. Tendo em vista a natureza do objeto, não serão admitidas subcontratação, cessão ou transferência, total ou parcial, do objeto do deste Termo, associação da CONTRATADA com outrem, bem como a fusão, a cisão ou a incorporação não aceita pelo CONTRATANTE, que impliquem em substituição da CONTRATADA por outra empresa e comprometa a execução do contrato.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA
DAS ESPECIFICAÇÕES DOS VEÍCULOS A SEREM LOCADOS

Os veículos devem possuir as seguintes características:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MEDIDA	QUANTIDADE
1	Veículo utilitário tipo sedan compacto: Veículo novo ou seminovo, ano de fabricação no mínimo 2020, 04 (quatro) portas, cor branco, motor com potência mínima de 100 cavalos, bicomustível (álcool/gasolina), com capacidade para 05 (cinco) passageiros, porta malas com capacidade mínima de 445 litros, direção hidráulica ou elétrica, freios ABS com EBD, trava elétrica das portas, vidros elétricos em todas as portas, retrovisores elétricos, alarme antifurto, com no mínimo 02 (dois) AIRBAGS (motorista e passageiro), sistema de áudio com rádio AM/FM integrado, MP3, USB, capacidade do tanque de combustível mínima de 40 litros, ar condicionado, jogo de tapetes e demais equipamentos de segurança exigidos em Lei. Manutenção e seguro total a cargo da CONTRATADA e sem franquia para o CONTRATANTE. Quilometragem livre.	UNIDADE	63
2	Veículo utilitário tipo camionete/pick-up, cabine dupla: Veículo novo ou seminovo, ano de fabricação no mínimo 2020, com 04 (quatro portas), cor branco, motor com potência mínima de 140 cavalos, direção hidráulica ou elétrica, freios ABS com EBD, com no mínimo 02 (dois) AIRBAGS (motorista e passageiro), ar condicionado, trava elétrica das portas, vidros elétricos em todas as portas, retrovisores elétricos, alarme antifurto, lona marítima, proteção de caçamba, tração 4 x 4 diferencial autoblocante e com opção de redução, com capacidade de carga no mínimo 1.000kg, com capacidade para 05 (cinco) passageiros, sistema de áudio com rádio AM/FM integrado, MP3, USB, jogo de tapetes e demais equipamentos de segurança exigidos em Lei. Manutenção e seguro total a cargo da CONTRATADA e sem franquia para o CONTRATANTE. Quilometragem livre.	UNIDADE	23



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

3	Veículo utilitário tipo camionete/pick-up, cabine simples: Veículo novo ou seminovo, ano de fabricação no mínimo 2020, com 02 (duas portas), cor branco, potência mínima de 80 cavalos, bicomcombustível (álcool/gasolina), direção hidráulica ou elétrica, freios ABS com EBD, com no mínimo 02 (dois) AIRBAGS (motorista e passageiro), ar condicionado, trava elétrica das portas, vidros elétricos em todas as portas, retrovisores elétricos, alarme antifurto, jogo de tapetes e demais equipamentos de segurança exigidos em Lei. Manutenção e seguro total a cargo da CONTRATADA e sem franquia para o CONTRATANTE. Quilometragem livre.	UNIDADE	6
4	Veículo utilitário tipo van: Veículo novo ou seminovo, ano de fabricação no mínimo 2020, capacidade para 16 passageiros, a óleo diesel, com potência mínima de 127 cavalos, cor branco, com ar condicionado, vidros elétricos nas portas dianteiras, trava elétrica, com retrovisores elétricos, direção hidráulica ou elétrica, com no mínimo 02 (dois) AIRBAGS (motorista e passageiro), freio a disco nas 4 rodas, sistema de áudio com rádio AM/FM integrado, MP3, USB, jogo de tapetes e demais equipamentos de segurança exigidos em Lei. Manutenção e seguro total a cargo da CONTRATADA e sem franquia para o CONTRATANTE. Quilometragem livre.	UNIDADE	18
5	Motocicleta de uso misto, terra e asfalto (trail): Veículo novo ou seminovo, ano de fabricação no mínimo 2020, bicomcombustível (álcool/gasolina), partida elétrica, cor branca, motor com potência mínima de 300 cilindradas e demais equipamentos de segurança exigidos em Lei. Manutenção e seguro total a cargo da CONTRATADA e sem franquia para o CONTRATANTE. Quilometragem livre.	UNIDADE	13

ANEXO II DO TERMO DE REFERÊNCIA



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

DOS LOCAIS DE ENTREGA DOS VEÍCULOS

LOCALIZAÇÃO		VEÍCULOS					ENDEREÇOS
SECRETARIAS	DEPARTAMENTO	TIPO 1	TIPO 2	TIPO 3	TIPO 4	TIPO 5	
GP	GP	2	0	0	0	0	Rua Dr. Feliciano Sodré, 100 - Centro, São Gonçalo/RJ
GV-P	GV-P	1	0	0	0	0	Rua Dr. Feliciano Sodré, 100 - Centro, São Gonçalo/RJ
SEMAD	GABINETE	1	0	0	0	0	Rua Dr. Feliciano Sodré, 100 - Centro, São Gonçalo/RJ
SEMAD	SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	1	0	0	0	1	Rua Dr. Feliciano Sodré, 100 - Centro, São Gonçalo/RJ
SEMAD	SUBSECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS	1	0	0	0	0	Rua Dr. Feliciano Sodré, 100 - Centro, São Gonçalo/RJ
SEMAD	SUBSECRETARIA DE CADASTRO TÉCNICO MULTIFINALITÁRIO, ANÁLISE E PROJETOS	0	1	0	0	0	Rua Dr. Feliciano Sodré, 100 - Centro, São Gonçalo/RJ
SEMAD	SUBSECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO	0	1	0	0	0	Rua Dr. Feliciano Sodré, 100 - Centro, São Gonçalo/RJ
SEMAD	SUPERINTENDENCIA DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO	0	0	1	0	0	Rua Dr. Feliciano Sodré, 100 - Centro, São Gonçalo/RJ



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

SEMC	SEMC	1	0	0	0	0	Rua Dr. Feliciano Sodré, 100 - Centro, São Gonçalo/RJ
SEMP	SEMP	1	0	0	0	0	Rua Dr. Feliciano Sodré, 100 - Centro, São Gonçalo/RJ
SEMCN	SEMCN	2	4	2	2	2	Rua Coronel Rodrigues, nº 26 – Centro, São Gonçalo/RJ
SEMC	SEMC	3	0	0	0	0	Rua Dr. Feliciano Sodré, 100 - Centro, São Gonçalo/RJ
SEMDUR	SEMDUR	9	1	0	0	0	Rua Coronel Rodrigues, nº 26 – Centro, São Gonçalo/RJ
SEML	SEML	1	0	0	0	0	Rua Maria da Fonseca, nº 60 – 2º Piso – Camarão, São Gonçalo/RJ
SEMDE	SEMDE	3	2	0	0	0	Rua Coronel Moreira César, s/n – Centro, São Gonçalo/RJ
SEMP	SEMP	6	0	3	0	10	Rua Nilo Peçanha, nº 246 – Estrela do Norte, São Gonçalo/RJ
SEOP	SEOP	0	2	0	0	0	Avenida Presidente Kennedy, nº 765, Estrela do Norte, São Gonçalo/RJ
SEMA	SEMA	10	0	0	10	0	Rua Dr. Porciúncula, nº 395. Venda da Cruz (Antigo 3º BI), São Gonçalo/RJ
SEMP	SEMP	3	0	0	0	0	Rua Dr. Feliciano Sodré, 100 - Centro, São Gonçalo/RJ
SEMSADC	SEMSADC	0	2	0	0	0	Rua Sá Carvalho, 686, Brasilândia, São Gonçalo - RJ



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

SMTC	SMTC	1	1	0	0	0	Av. Presidente Kennedy, nº 721 – Estrela do Norte, São Gonçalo/RJ
SEMHAB	SEMHAB	1	0	0	0	0	Rua Dr. Porciúncula, nº 395. Venda da Cruz (Antigo 3º BI), São Gonçalo/RJ
SEMAPPAP	SEMAPPAP	0	2	0	0	0	Rua Dr. Feliciano Sodré, 100 - Centro, São Gonçalo/RJ
PGM	PGM	3	0	0	0	0	Rua Dr. Feliciano Sodré, 100 - Centro, São Gonçalo/RJ
SEMPAD	SEMPAD	2	2	0	0	0	Rua Dr. Porciúncula, nº 395. Venda da Cruz (Antigo 3º BI), São Gonçalo/RJ
FMS	FMS	9	5	0	5	0	Rua Sá Carvalho, 686, Brasilândia, São Gonçalo - RJ
FUNASG	FUNASG	1	0	0	1	0	Av. São Gonçalo, 100 – Loja 201B / G2 São Gonçalo Shopping Rio (Rod. Niterói-Manilha) – Km 8,5 Boa Vista – São Gonçalo – RJ
IPASG	IPASG	1	0	0	0	0	Rua Cel. Serrado, 1000, Zé Garoto, São Gonçalo - RJ



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

ANEXO II
PROPOSTA COMERCIAL

Proponente:						
Endereço:						
Modalidade: Pregão Eletrônico SRP ____					Nº ____/2023	
Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias					Prazo de Entrega: Conforme TR. (Anexo I)	
CNPJ.:					Insc. Estadual:	
Condições de Pagamento: CONFORME ESPECIFICADO NO EDITAL						
ITEM	QUANT	UNID	ESPECIFICAÇÃO	PREÇO		
				MARC A	UNIT	TOTAL
01	63	UN	Veículo utilitário tipo sedan compacto: Veículo novo ou seminovo, ano de fabricação no mínimo 2020, 04 (quatro) portas, cor branco, motor com potência mínima de 100 cavalos, bicomcombustível (álcool/gasolina), com capacidade para 05 (cinco) passageiros, porta malas com capacidade mínima de 445 litros, direção hidráulica ou elétrica, freios ABS com EBD, trava elétrica das portas, vidros elétricos em todas as portas, retrovisores elétricos, alarme antifurto, com no mínimo 02 (dois) AIRBAGS (motorista e passageiro), sistema de áudio com rádio AM/FM integrado, MP3, USB, capacidade do tanque de combustível mínima de 40 litros, ar condicionado, jogo de tapetes e demais equipamentos de segurança exigidos em Lei. Manutenção e seguro total a cargo da CONTRATADA e sem franquia para o CONTRATANTE. Quilometragem livre.			
02	23	UN	Veículo utilitário tipo camionete/pick-up, cabine dupla: Veículo novo ou seminovo, ano de fabricação no mínimo 2020, com 04 (quatro) portas, cor branco, motor com potência mínima de 140 cavalos, direção hidráulica ou elétrica, freios ABS com EBD, com no mínimo 02 (dois) AIRBAGS (motorista e passageiro), ar condicionado, trava elétrica das portas, vidros elétricos em todas as portas, retrovisores elétricos, alarme antifurto, lona marítima, proteção de caçamba, tração 4 x 4 diferencial autoblocante e com opção de redução, com capacidade de carga no mínimo 1.000kg, com capacidade para 05 (cinco) passageiros, sistema de áudio com rádio AM/FM integrado, MP3, USB, jogo de tapetes e demais equipamentos de segurança exigidos em Lei. Manutenção e seguro total a cargo da CONTRATADA e sem franquia para o CONTRATANTE. Quilometragem livre.			
03	6	UN	Veículo utilitário tipo camionete/pick-up, cabine simples: Veículo novo ou seminovo, ano de fabricação no mínimo 2020, com 02 (duas) portas, cor branco, potência mínima de 80 cavalos, bicomcombustível (álcool/gasolina), direção hidráulica ou elétrica, freios ABS com EBD, com no mínimo 02 (dois) AIRBAGS (motorista e passageiro), ar condicionado, trava elétrica das portas, vidros elétricos em todas as portas, retrovisores elétricos, alarme antifurto, jogo de tapetes e demais equipamentos de segurança exigidos em Lei. Manutenção e seguro total a cargo da CONTRATADA e sem franquia para o CONTRATANTE. Quilometragem livre.			



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

04	18	UN	Veículo utilitário tipo van: Veículo novo ou seminovo, ano de fabricação no mínimo 2020, capacidade para 16 passageiros, a óleo diesel, com potência mínima de 127 cavalos, cor branco, com ar condicionado, vidros elétricos nas portas dianteiras, trava elétrica, com retrovisores elétricos, direção hidráulica ou elétrica, com no mínimo 02 (dois) AIRBAGS (motorista e passageiro), freio a disco nas 4 rodas, sistema de áudio com rádio AM/FM integrado, MP3, USB, jogo de tapetes e demais equipamentos de segurança exigidos em Lei. Manutenção e seguro total a cargo da CONTRATADA e sem franquias para o CONTRATANTE. Quilometragem livre.			
05	13	UN	Motocicleta de uso misto, terra e asfalto (trail): Veículo novo ou seminovo, ano de fabricação no mínimo 2020, bicomustível (álcool/gasolina), partida elétrica, cor branca, motor com potência mínima de 300 cilindradas e demais equipamentos de segurança exigidos em Lei. Manutenção e seguro total a cargo da CONTRATADA e sem franquias para o CONTRATANTE. Quilometragem livre.			
Valor total:						
TOTAL POR EXTENSO R\$ _____						
DATA _____						
CARIMBO E ASSINATURA DA PROPONENTE						

Obs.: Havendo divergência entre as especificações da codificação CATMAT e o descritivo constante no presente Termo de Referência prevalecerá o Termo de Referência em consonância ao Princípio da Vinculação ao Ato Convocatório.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

ANEXO III

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

ITEM	QUANT	UNID	ESPECIFICAÇÃO	PREÇO	
				UNIT	TOTAL/ANUAL
01	12	MÊS	63 Veículo utilitário tipo sedan compacto: Veículo novo ou seminovo, ano de fabricação no mínimo 2020, 04 (quatro) portas, cor branco, motor com potência mínima de 100 cavalos, bicomcombustível (álcool/gasolina), com capacidade para 05 (cinco) passageiros, porta malas com capacidade mínima de 445 litros, direção hidráulica ou elétrica, freios ABS com EBD, trava elétrica das portas, vidros elétricos em todas as portas, retrovisores elétricos, alarme antifurto, com no mínimo 02 (dois) AIRBAGS (motorista e passageiro), sistema de áudio com rádio AM/FM integrado, MP3, USB, capacidade do tanque de combustível mínima de 40 litros, ar condicionado, jogo de tapetes e demais equipamentos de segurança exigidos em Lei. Manutenção e seguro total a cargo da CONTRATADA e sem franquia para o CONTRATANTE. Quilometragem livre.	R\$ 227.808,00	R\$ 2.733.696,00
02	12	MÊS	23 Veículo utilitário tipo camionete/pick-up, cabine dupla: Veículo novo ou seminovo, ano de fabricação no mínimo 2020, com 04 (quatro portas), cor branco, motor com potência mínima de 140 cavalos, direção hidráulica ou elétrica, freios ABS com EBD, com no mínimo 02 (dois) AIRBAGS (motorista e passageiro), ar condicionado, trava elétrica das portas, vidros elétricos em todas as portas, retrovisores elétricos, alarme antifurto, lona marítima, proteção de caçamba, tração 4 x 4 diferencial autoblocante e com opção de redução, com capacidade de carga no mínimo 1.000kg, com capacidade para 05 (cinco) passageiros, sistema de áudio com rádio AM/FM integrado, MP3, USB, jogo de tapetes e demais equipamentos de segurança exigidos em Lei. Manutenção e seguro total a cargo da CONTRATADA e sem franquia para o CONTRATANTE. Quilometragem livre.	R\$ 173.627,00	R\$ 2.083.524,00
03	12	MÊS	6 Veículo utilitário tipo camionete/pick-up, cabine simples: Veículo novo ou seminovo, ano de fabricação no mínimo 2020, com 02 (duas portas), cor branco, potência mínima de 80 cavalos, bicomcombustível (álcool/gasolina), direção hidráulica ou elétrica, freios ABS com EBD, com no mínimo 02 (dois) AIRBAGS (motorista e passageiro), ar condicionado, trava elétrica das portas, vidros elétricos em todas as portas, retrovisores elétricos, alarme antifurto, jogo de tapetes e demais equipamentos de segurança exigidos em Lei. Manutenção e seguro total a cargo da CONTRATADA e sem franquia para o CONTRATANTE. Quilometragem livre.	R\$ 14.340,00	R\$ 172.080,00
04	12	MÊS	18 Veículo utilitário tipo van: Veículo novo ou seminovo, ano de fabricação no mínimo 2020, capacidade para 16 passageiros, a óleo diesel, com potência mínima de 127 cavalos, cor branco, com ar condicionado, vidros elétricos nas portas dianteiras, trava elétrica, com retrovisores elétricos, direção hidráulica ou elétrica, com no mínimo 02 (dois) AIRBAGS (motorista e passageiro), freio a disco nas 4 rodas, sistema de áudio com rádio AM/FM integrado, MP3, USB, jogo de tapetes e demais equipamentos de segurança exigidos em Lei. Manutenção e seguro total a cargo da CONTRATADA e sem franquia para o CONTRATANTE. Quilometragem livre.	R\$ 146.999,88	R\$ 1.763.998,56
05	12	MÊS	13 Motocicleta de uso misto, terra e asfalto (trail): Veículo novo ou seminovo, ano de fabricação no mínimo 2020, bicomcombustível (álcool/gasolina), partida elétrica, cor branca, motor com potência mínima de 300 cilindradas e demais equipamentos de segurança exigidos em Lei. Manutenção e seguro total a cargo da CONTRATADA e sem franquia para o CONTRATANTE. Quilometragem livre.	R\$ 27.820,00	R\$ 333.840,00
Valor total: R\$ 7.087.138,56					
TOTAL POR EXTENSO: SETE MILHÕES, OITENTA E SETE MIL, CENTO E TRINTA E OITO REAIS E CINQUENTA E SEIS CENRAVOS					

ANEXO IV



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
(Secretaria Municipal de _____)

N.º ____/2023

A **Prefeitura Municipal de São Gonçalo**, com sede à Rua Dr. Feliciano Sodré, n.º 100 – Centro, na cidade de São Gonçalo, inscrito (a) no CNPJ/MF sob o n.º 28.636.579/0001-00, neste ato representado(a) pelo(a) _____ **SECRETÁRIO MUNICIPAL**, nomeado(a) pela Portaria n.º _____ de ____ de _____ de 20____, publicada no Diário Oficial Eletrônico do Município de São Gonçalo de ____ de _____ de 2023 inscrito(a) no CPF sob o n.º ____-____-____ portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____, considerando o julgamento ____/2023, publicada no _____ de ____/____/2023, processo administrativo n.º **2.808/2022**, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto Municipal n.º 057, de 2009, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviço de locação de veículos automotores, sem motoristas, com quilometragem livre, seguro total, sem franquia, que poderão vir a ser utilizados pelo Órgão Gestor (Secretaria Municipal de Administração) e Secretarias a serem beneficiadas, e pelos Órgãos/Entidades Participantes (demais Secretarias e Entidades administrativas), especificado no **item 1** do Termo de Referência, anexo I do edital de *Pregão Eletrônico* SRP n.º ____/2023, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)						
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade	Valor Un	Prazo garantia ou validade

3. ÓRGÃO(S) PARTICIPANTE(S)

3.1. São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

Item n.º	Órgãos Participantes	Unidade	Quantidade



4. VALIDADE DA ATA

4.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, contados a partir de sua publicação, não podendo ser prorrogada.

5. REVISÃO E CANCELAMENTO

5.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

5.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

5.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

5.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

5.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

5.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

5.5.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

5.5.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

5.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

5.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:

5.7.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços;

5.7.2. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

5.7.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

5.7.4. Sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

5.8. O cancelamento de registros de preços nas hipóteses previstas nos itens 5.7.1, 5.7.2 e 5.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

5.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

5.9.1. Por razão de interesse público; ou

5.9.2. A pedido do fornecedor.

6. CONDIÇÕES GERAIS

6.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

6.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

6.3. A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do Decreto Municipal n. 057, de 2009.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes *e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver)*.

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

ANEXO V

MINUTA DO CONTRATO



CONTRATO Nº ____/2023

TERMO DE CONTRATO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES, SEM MOTORISTAS, COM QUILOMETRAGEM LIVRE, SEGURO TOTAL, SEM FRANQUIA, QUE PODERÃO VIR A SER UTILIZADOS PELO ÓRGÃO GESTOR (SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO) E SECRETARIAS A SEREM BENEFICIADAS, E PELOS ÓRGÃOS/ENTIDADES PARTICIPANTES (DEMAIS SECRETARIAS E ENTIDADES ADMINISTRATIVAS), QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO E A _____.

Aos ____ (_____) dias do mês de (_____) do ano de 2023 o **Município de São Gonçalo**, pessoa jurídica de direito público interno, doravante denominado CONTRATANTE, representado, neste ato, pelo SECRETÁRIO MUNICIPAL DE _____, o(a) Sr.(Srª) _____, brasileiro(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ expedida pelo _____, inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF – sob o nº _____, e do outro lado a _____, doravante denominada CONTRATADA, estabelecida a _____, nº. ____ – _____ – _____/____, inscrita no C.N.P.J. sob o nº _____, neste ato representada pelo Sr. _____, _____, _____, _____, _____, expedida pelo _____, e, tendo em vista a decisão proferida no Processo Administrativo nº **2.808/2022**, através do Pregão Eletrônico PMSG N.º ____/2023 assinam o presente Contrato, o qual se regerá pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Federal nº 10.024 de 20 de setembro de 2019, do Decreto Municipal nº 093, de 15 de março de 2021, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas atualizações, do Decreto Municipal nº 057 de 11 de março de 2009, do Decreto nº 7892, de 23 de janeiro de 2013, da Lei Municipal nº 357/2011, a Instrução Normativa SEGES/MPDG n. 03/2018, aplicando-se subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e ainda pelas cláusulas e condições seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PRAZO

1.1. Prestação de serviços de locação de veículos automotores, sem motoristas, com quilometragem livre, seguro total, sem franquias, que poderão vir a ser utilizados pelo Órgão Gestor (Secretaria Municipal de Administração) e Secretarias a serem beneficiadas, e pelos Órgãos/Entidades Participantes (demais Secretarias e Entidades administrativas).

1.2. O presente instrumento terá a vigência de 12 (doze) meses contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos moldes do art. 57, II da Lei nº 8.666/1993.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DOS SERVIÇOS

2.1. O serviço objeto deste Contrato e suas respectivas especificações e quantidades estão



discriminados no Anexo I do Termo de Referência.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES

3.1. Obrigações da Contratada:

3.1.1. Os veículos disponibilizados para locação deverão atender às especificações contidas no Anexo I do Termo de Referência, em perfeitas condições de utilização, conservação, trafegabilidade, funcionamento e segurança, obedecendo a todas as exigências estabelecidas pelas legislações de trânsito e ambiental, regulamentadas pelo DENATRAN, DETRAN/RJ e CONTRAN.

3.1.2. A CONTRATADA deverá disponibilizar os veículos no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, após assinatura do Contrato.

3.1.3. Os veículos obrigatoriamente deverão ser emplacados/licenciados, ser de propriedade da CONTRATADA e estar em perfeitas condições de uso e apresentação, nas características originais de fábrica e com os equipamentos obrigatórios exigidos pela Legislação de Trânsito, conforme especificações constantes do Anexo I do Termo.

3.1.4. A CONTRATADA deverá assegurar que os veículos locados permaneçam à disposição do CONTRATANTE durante a vigência do contrato, em regime de tempo integral, ou seja, 24 (vinte e quatro) horas por dia, nos 07 (sete) dias da semana, não podendo ser utilizados para outros fins.

3.1.5. Os veículos serão utilizados no regime de quilometragem livre.

3.1.6. Os veículos serão objeto de vistoria, anotando-se na “Ficha de Vistoria”, fornecida pela CONTRATADA, todas as observações sobre seu estado, por ocasião de sua entrega e devolução.

3.1.7. Os veículos que não se apresentem em perfeitas condições de utilização deverão ser substituídos, imediatamente, pela CONTRATADA.

3.1.8. A CONTRATADA deverá, durante o período de contratação, substituir os veículos que atingirem 30 (trinta) meses de uso, ou os veículos que atingirem 70 (setenta) mil quilômetros, o que primeiro ocorrer, sem prejuízo das especificações descritas no Anexo I do Termo de Referência.

3.1.9. A CONTRATADA responsabilizar-se-á pela manutenção preventiva e corretiva dos veículos, entendendo-se como preventiva aquela constante do plano de manutenção do fabricante (descrita no manual do veículo); e corretiva, aquela destinada ao reparo de defeitos que ocorrem de maneira aleatória, durante os intervalos entre as manutenções preventivas.

3.1.10. Serão consideradas como manutenção preventiva, além das indicadas pelo fabricante, obrigatoriamente: as trocas de óleo de motor, de câmbio, fluido de freio, fluido aditivo de radiador, pastilhas de freio, correias do alternador e de distribuição, filtros de óleo, combustível e ar, amortecedores dianteiros e traseiros, e outros necessários ao perfeito funcionamento do veículo.

3.1.11. Após cada manutenção preventiva e corretiva, a CONTRATADA deverá efetuar a lavagem completa do veículo.

3.1.12. A manutenção dos veículos locados deverá ser efetuada no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, devendo ser justificado tecnicamente qualquer extrapolação do prazo acima



estipulado.

3.1.13. A CONTRATADA deverá proceder ao rodízio de pneus a cada revisão preventiva, bem como à verificação do balanceamento do conjunto roda – pneus, e conferência do alinhamento da direção.

3.1.14. Os pneus deverão ser substituídos quando apresentarem risco, ou quando a profundidade dos sulcos da banda de rodagem estiver próximo de 1,6 mm, sendo que a identificação deste item é feita pela T.W.I. (*Tread Wear Indicators* - Indicador de Desgaste da Superfície de Rolamento).

3.1.15. A CONTRATADA deverá substituir, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, os veículos que estejam indisponíveis, sejam em razão de sinistros, reparos mecânicos, má conservação ou más condições de segurança.

3.1.16. As substituições deverão ocorrer nas dependências do CONTRATANTE, podendo, em situações excepcionais, mediante autorização expressa do gestor do Contrato, ocorrer nas dependências da CONTRATADA.

3.1.17. Não havendo substituição do veículo, por qualquer motivo, no prazo previsto, fica resguardado ao CONTRATANTE o direito de utilizar-se de outros meios, sendo, neste caso, a locação considerada como não realizada e, portanto, não cabendo faturamento, e a CONTRATADA estará sujeita às penalidades previstas no Contrato.

3.1.18. A CONTRATADA deverá disponibilizar serviço de guincho para todos os veículos locados, quando estes estiverem impossibilitados de locomoção (24 horas por dia, todos os dias da semana).

3.1.19. Ao CONTRATANTE não caberá qualquer ônus pela rejeição de veículos considerados inadequados pelo Gestor.

3.1.20. Ao término da vigência do Contrato, os veículos deverão ser devolvidos à CONTRATADA, após realização de inspeção pela CONTRATADA, obrigatoriamente acompanhada por representante do CONTRATANTE.

3.1.21. Não serão passíveis de ressarcimento as despesas referentes a manutenções por desgastes que decorram da utilização continuada do bem e do decurso de tempo, como por exemplo: desgaste de freios e embreagem, substituição de velas, filtros e lubrificantes, sistema de suspensão (amortecedores, molas, caixa de direção), balanceamento e alinhamento, componentes elétricos e aranhões na pintura.

3.1.22. Os veículos deverão possuir seguro total, sem franquia para o CONTRATANTE, e a contratação do seguro deverá atender às seguintes características:

3.1.22.1. O contrato deverá contemplar a assistência 24 horas, em casos de panes ou acidentes, quando for inviável transitar com o veículo, situação em que deverá ser fornecido, gratuitamente, veículo do tipo guincho, sem limite de quilometragem;

3.1.22.2. O valor de cobertura para danos materiais causados a terceiros será de valor não inferior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais);

3.1.22.3. O valor de cobertura para danos corporais a terceiros será de valor não inferior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais);

3.1.22.4. Para os casos de morte ou invalidez dos ocupantes do veículo segurado, o valor



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

de cobertura não deverá ser inferior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por passageiro;

3.1.22.5. O valor de cobertura para os casos de responsabilidade civil por danos morais não deverá ser inferior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais);

3.1.22.6. O prazo de vigência do seguro a ser contratado deverá ser contado a partir da assinatura do contrato até a devolução dos veículos;

3.1.22.7. A cobertura do seguro deverá ser abrangente, contemplando os casos de furto, roubo, incêndio, colisão, morte e/ou invalidez, danos materiais e corporais;

3.1.22.8. Em caso de sinistro que resulte em perda total do veículo segurado, a seguradora se obrigará ao pagamento de indenização, que deverá ser de 100% do valor de mercado à época do sinistro, auferido mediante publicações da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), considerando-se a última publicação anterior à ocorrência do sinistro.

3.1.23. A CONTRATADA fica obrigada a fornecer veículo reserva em caso de pane ou qualquer avaria que impossibilite a utilização do veículo principal. A devolução do veículo reserva somente ocorrerá após a disponibilização do principal.

3.1.24. A CONTRATADA deverá se responsabilizar pelo cumprimento de toda legislação vigente e encargos de qualquer natureza com o seu pessoal, incluindo encargos de natureza trabalhista, acidente de trabalho, pagamento de taxas, impostos, emolumentos, multas e demais contribuições fiscais que incidam ou venham incidir sobre a prestação de serviços.

3.1.25. Serão de responsabilidade do CONTRATANTE os pagamentos das multas de trânsito quando o condutor der causa, cabendo à CONTRATADA encaminhar, em tempo hábil, os boletos para solicitação de recurso do condutor, conforme estabelecido em Lei e antes do vencimento.

3.1.26. A CONTRATADA deverá comprovar no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da assinatura do Contrato, que possui capacidade operacional no Município de São Gonçalo, inclusive com pessoal capacitado para a perfeita execução dos serviços, tais como: entrega dos veículos, substituições, manutenções, entre outros, disponibilizando telefone de contato que atenda 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana, mesmo em feriados e finais de semana, para atender situações excepcionais, dentro dos prazos máximos estabelecidos.

3.1.27. Disponibilizar, mensalmente, notas fiscais com descrição do serviço contratado ao CONTRATANTE;

3.1.28. Não serão aceitos veículos diferentes dos que constarem da Ata de Registro de Preço objeto do Termo de Referência, a menos que seja comprovada, documentalmente, a inviabilidade de entrega dos tipos registrados, devendo tal modificação passar pela autorização do CONTRATANTE.

3.1.29. A CONTRATADA deverá manter, durante a vigência do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Termo de Referência, o que será verificado quando dos pagamentos à CONTRATADA;

3.1.30. A CONTRATADA deverá prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo CONTRATANTE, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar-lhe ciência imediatamente e por escrito de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do Contrato.



3.1.31. A CONTRATADA deverá entregar os veículos com o reservatório de combustível abastecido em sua capacidade máxima, sendo esta a única ocasião de abastecimento pela CONTRATADA.

3.2. Obrigações da Contratante:

3.2.1. Prestar à CONTRATADA todas as informações solicitadas e necessárias para a execução dos serviços;

3.2.2. Distribuir e controlar as corridas que serão executadas com os veículos locados;

3.2.3. Designar servidores para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato;

3.2.4. Notificar a CONTRATADA, por escrito, a ocorrência de eventuais falhas ou imperfeições na execução dos serviços, fixando prazo para sua correção;

3.2.5. Atestar a execução da prestação dos serviços e receber as faturas correspondentes, quando apresentadas na forma estabelecida no Contrato;

3.2.6. Efetuar o pagamento devido à Contratada pela execução dos serviços prestados, nos termos e prazos contratualmente previstos, após terem sido devidamente atestados pelos Fiscais do Contrato e visados pelo Gestor do Contrato, de acordo com a norma de contratação;

3.2.7. Indicar os endereços que servirão de bases para os postos de serviços, podendo alterá-los posteriormente, conforme suas necessidades;

3.2.8. As multas de trânsito serão ressarcidas pelos servidores que conduzirem os veículos.

4. CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR

4.1. A despesa no valor de R\$ _____ (_____) correrão a conta do Programa de Trabalho nº XXXX.XXX.XXXX.X.XXX, Código de Despesa nº X.X.XX.XX.XX e Fonte de Recursos nº XX.

5. CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1. O pagamento será realizada com base na quantidade de veículos utilizados, multiplicado pelo custo mensal de cada veículo de acordo com o valor registrado na Ata de Registro de Preços, mediante crédito em conta corrente de titularidade da CONTRATADA, desde que o pedido seja instruído com:

- a) Relatório mensal de prestação de serviços;
- a) Nota Fiscal devidamente atestada pelos 02 (dois) Fiscais do Contrato;
- b) Certidão de Regularidade do Empregador (FGTS);
- c) Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
- d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas; e
- e) Certidão de Regularidade Fiscal perante a Fazenda Pública Municipal de São Gonçalo.

5.2. O pagamento não poderá ser superior ao prazo de 30 (trinta) dia, contados a partir da data final do



período de adimplemento da respectiva parcela.

5.3. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados ao fornecimento e montagem dos bens, assim como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6. CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTAMENTO

6.1. Os preços unitários dos serviços objeto deste contrato, desde que solicitado pela CONTRATADA e observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses contado da data limite para apresentação da proposta, ou, nos reajustes subsequentes ao primeiro da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, poderão ser reajustados, utilizando-se a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, mantido pelo Instituto Brasileiro de Geografia Estatística – IBGE, acumulado em 12 (doze) meses.

7. CLÁUSULA SÉTIMA– DA SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA NO TODO OU EM PARTE.

7.1. Tendo em vista a natureza do objeto, não serão admitidas subcontratação, cessão ou transferência, total ou parcial, do objeto do do Termo, associação da CONTRATADA com outrem, bem como a fusão, a cisão ou a incorporação não aceita pelo CONTRATANTE, que impliquem em substituição da CONTRATADA por outra empresa e comprometa a execução do contrato.

8. CLÁUSULA OITAVA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

8.1. O presente Contrato poderá ser alterado nos seguintes casos:

I – Por acordo das partes:

- a) Quando necessária a modificação do modo de fornecimento, em face da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
- b) Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes;
- c) Para restabelecer a relação que as partes pactuaram, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato.

II – Unilateralmente pela Administração.

- a) Quando houver modificação das especificações, para melhor adequação aos seus objetivos;
- b) Quando necessária à modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos pela Lei n.º 8.666/93.

9. CLÁUSULA NONA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. Pela mora na execução e/ou inexecução total ou parcial do objeto definido no Termo de Referência,



o CONTRATANTE aplicará à CONTRATADA as penalidades previstas na legislação pertinente.

9.2. Serão aplicadas penalidades no caso de execução do objeto do Termo em desacordo com as especificações e com a proposta fora dos prazos estabelecidos e quando não forem cumpridas as condições de garantia contra falhas e ou defeitos, tais como:

- 9.2.1. Advertência;
- 9.2.2. Multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;
- 9.2.3. Suspensão temporária;
- 9.2.4. Declaração de inidoneidade.

9.3. Aplicação da Advertência por escrito:

9.3.1. Caso a CONTRATADA infrinja quaisquer das obrigações ajustadas no CONTRATO e for a primeira falta, ser-lhe-á aplicada uma Advertência por escrito. Neste caso, será concedido, formalmente, pela FISCALIZAÇÃO, prazo à CONTRATADA para sanar as irregularidades.

9.4. Aplicação de Multa por Atraso Injustificado ou Inexecução Total ou Parcial do Objeto do Contrato:

9.4.1. Os servidores designados a exercer a fiscalização da execução do contrato, observados os prazos estabelecidos para seu cumprimento integral ou parcial, deverão comunicar à autoridade responsável pela contratação a ocorrência de atraso injustificado em sua execução, bem como a sua inexecução total ou parcial, a fim de viabilizar a aplicação das multas previstas na Lei nº 8.666/93.

9.4.2. A multa à que se referem o art. 86 e o inciso II do art. 87 da Lei nº 8.666/93 pode ser definida e aplicada nas situações seguintes:

- a) por atraso, nos Contratos de Compras, em geral;
- b) por inexecução total ou parcial;
- c) no caso de atraso de até 30 (trinta) dias, multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor da obrigação, por dia corrido de atraso;
- d) no caso de atraso entre o 31º (trigésimo primeiro) dia até o 60º (sexagésimo) dia, multa de 8% (oito por cento) sobre o valor da obrigação, por dia corrido de atraso.

9.5. Disposições Gerais com relação à aplicação da multa:

9.5.1. Poderá ser aplicada Multa Especial, no valor equivalente a 10% (dez por cento) do valor da contratação, quando a CONTRATADA, sem a existência de motivo justo, der causa à sua rescisão.



9.5.2. Em toda e qualquer fase ou etapa da contratação, estará a CONTRATADA sujeita à multa correspondente à diferença de preço resultante da nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação.

9.5.3. As multas, quando cabíveis e aplicáveis, serão cumulativas com as demais penalidades, eventualmente passíveis de imposição.

9.5.4. As multas serão recolhidas em favor do CONTRATANTE, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da notificação do ato que as impuser à CONTRATADA, assegurados, em qualquer caso, o contraditório e a ampla defesa, consoante a regra prevista na alínea “f” do inciso I do art.109 da Lei nº 8.666/93.

9.5.5. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA antes da comprovação do recolhimento da multa ou da prova da sua não aplicabilidade por ato formal do Secretário Municipal de Administração.

9.5.6. Se os valores das multas referidas nos itens anteriores não forem pagos ou depositados voluntariamente pela CONTRATADA, no prazo estipulado, será promovido o desconto do valor devido, primeiramente executando-se a garantia (se houver) e se esta não for suficiente, descontando-se o valor da multa das parcelas a serem pagas. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito por parte da CONTRATADA, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou inscrito como Dívida Ativa do Município e cobrado judicialmente.

9.5.7. A imposição de qualquer penalidade não exime a CONTRATADA do cumprimento de suas obrigações, nem de promover as medidas necessárias para reparar ou ressarcir eventuais danos, perdas e prejuízos que seu ato punível venha a acarretar à Administração Pública.

9.5.8. Será considerado como inexecução total do Contrato, por parte da CONTRATADA, atraso superior a 60 (sessenta) dias corridos.

9.5.9. Em todos os casos, a penalidade de multa será aplicada pelo Secretário Municipal de Administração.

9.6. Suspensão temporária: É a penalidade que suspende a participação em Licitação e declara o impedimento de contratar com o MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO, por prazo não superior a 2 (dois) anos, a ser estabelecida pelo Chefe do Poder Executivo, em despacho fundamentado e publicado no Diário Oficial.

9.7. Declaração de inidoneidade: É a declaração que impede a Empresa Licitante ou CONTRATADA de licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição. Poderá haver a reabilitação perante a própria Autoridade que aplicou a penalidade, assim que a Licitante ou CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes, depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.



9.8. O processo de pedido de Declaração de Inidoneidade da Licitante ou CONTRATADA será encaminhado à Procuradoria Geral do Município para apreciação, antes de ser publicado.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO E DA INEXECUÇÃO

10.1. As hipóteses de rescisão e inexecução serão regulamentadas pelas disposições contidas nos artigos 78 a 80 da Lei Federal 8.666/93.

10.2. A CONTRATANTE poderá rescindir o presente Contrato, por ato administrativo unilateral, nas hipóteses previstas no Art. 78, Inciso I a XII e XVII e XVIII, da Lei n.º 8.666/93, sem que caiba a CONTRATADA qualquer indenização, sem embargo da imposição das penalidades que se demonstrarem cabíveis em processo administrativo regular.

10.3. Em todos os casos a rescisão será formalmente motivada nos autos do processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, na forma do parágrafo único do art. 78 da Lei n.º 8.666/93.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS CASOS FORTUITOS OU MOTIVOS DE FORÇA MAIOR

11.1. Os casos fortuitos ou motivos de força maior ocorridos com qualquer das partes prolongam, pelo período efetivo de sua duração, o prazo para o cumprimento das obrigações contratuais das PARTES, desde que, comprovadamente, afetem os trabalhos relacionados com o objeto deste CONTRATO.

11.2. Os casos fortuitos ou motivos de força maior serão informados por escrito pela fiscalização da Secretaria Municipal de _____, para que este decida sobre a atitude a ser tomada, desde que, comprovadamente, afetem as entregas do objeto deste CONTRATO.

11.3. Enquanto perdurar o caso fortuito ou o motivo de força maior, nenhuma penalidade, juros ou indenização poderão ser pretendidos pelas PARTES.

11.4. Serão para fins deste CONTRATO casos fortuitos ou motivos de força maior aqueles que se enquadrarem na conceituação legal do parágrafo único, do artigo 393, do Código Civil Brasileiro, ou nas disposições do inciso II do § 1º do artigo 57 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações.

11.5. Cessados os efeitos do caso fortuito ou do motivo de força maior, serão restabelecidas as condições previstas neste CONTRATO.

11.6. No caso de não ser reconhecida pela CONTRATANTE a alegação de caso fortuito ou motivo de força maior, poderão ser aplicadas as penalidades previstas neste CONTRATO.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PUBLICAÇÃO

12.1. A Administração Municipal, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE _____ publicará no Diário Oficial Eletrônico do Município o extrato do contrato celebrado em decorrência de licitação realizada na modalidade pregão, no prazo de até 20 (vinte) dias



da data da assinatura, conforme artigo 48, do Decreto Municipal n.º093/2021.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO

13.1. DO RECEBIMENTO (ACEITE)

13.1.1. O recebimento do objeto do Termo dar-se-á por intermédio dos Fiscais de Contrato previamente designados pelo CONTRATANTE, da seguinte forma:

13.1.1.1. **Provisoriamente:** o recebimento provisório dar-se-á mediante Relatório do Fiscal de Contrato, **em até 05 (cinco) dias úteis**, ao final do período mensal executado, contendo o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do Contrato e demais documentos que julgar necessário;

13.1.1.1. Os Fiscais de Contrato notificarão a CONTRATADA para, querendo, no prazo de 02 (dois) dias úteis, impugnar os apontamentos do Relatório ou emitir a Nota Fiscal/Fatura no valor apurado.

13.1.1.2. Na hipótese de a CONTRATADA apresentar impugnação ao Relatório, os Fiscais de Contrato emitirão novo Relatório, **no prazo de até 05 (cinco) dias úteis**, com a análise dos argumentos da CONTRATADA.

13.1.1.3. Em hipótese alguma será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados.

13.1.2.1. **Definitivamente:** os Fiscais de Contrato atestarão o recebimento do serviço, com aposição de assinatura nas vias do Documento Auxiliar da NF-e (Danfe) ou na Nota Fiscal, **em até 05 (cinco) dias úteis**, contados do recebimento provisório.

13.1.2. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem 13.1.1.1 não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

13.1.3. Somente serão aceitas e enviadas para processo de pagamento as Notas Fiscais acompanhadas da respectiva Requisição/Ordem de Serviço e devidamente atestadas pelo(s) responsável(is) pela gestão da Ata de Registro de Preços, e que espelhem o exposto na referida Requisição/Ordem de Serviço.

13.1.4. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes de possíveis vícios redibitórios.

13.1.5. Todos os veículos deverão estar com o tanque de combustível completo, devidamente lavados, limpos por dentro, com todos seus itens obrigatórios e opcionais aptos à plena utilização, com toda documentação correlata regular e com os respectivos manuais fornecidos pelo fabricante, entre outros.

13.2. DO LOCAL DE ENTREGA DOS VEÍCULOS

13.2.1. Após a emissão da Nota de Empenho, será efetivada a assinatura do contrato e a CONTRATADA procederá à entrega dos veículos, **em até 30 (trinta) dias corridos**, de acordo com os quantitativos demandados pelos Órgãos e Entidades Administrativas descritos no **subitem**



2.1 do Termo de Referência, nos endereços apontados no Anexo III.

13.2.2. A entrega dos veículos destinados à **Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil – SEMSADC** deverá ser realizada no endereço apontado no **Anexo III do Termo**, no horário das 09h às 16h, de segunda a sexta-feira, mediante prévio agendamento com a Superintendência de Transportes, pelo telefone: (21) 97008-5176, ou pelo e-mail: marcelorn@pmsg.rj.gov.br;

13.2.3. Em relação aos veículos destinados à **Secretaria Municipal de Transportes - SEMTRAN**, a entrega deverá ser realizada no endereço apontado no **Anexo III do Termo de Referência**, no horário das 09h às 16h, de segunda a sexta-feira, mediante prévio agendamento pelo telefone: (21) 97991-7551, responsável Sr. Rafael Lobosco Lisboa, ou pelo e-mail: transportes.gabinete@pmsg.rj.gov.br;

13.2.4. No que concerne aos veículos destinados aos **Gabinetes do Prefeito e do Vice-Prefeito e às demais Secretarias**, a entrega deverá ser realizada nos endereços apontados no Anexo III do Termo de Referência, no horário das 09h às 16h, de segunda a sexta-feira, mediante prévio agendamento com a Superintendência de Patrimônio – SUPAT, pelo telefone: (21) 2199-6466 ou pelo e-mail: supat@pmsg.rj.gov.br;

13.2.5. No que tange aos veículos destinados à **FMS**, à **FUNASG** e ao **IPASG**, a entrega deverá ser realizada nos endereços apontados no **Anexo III do Termo de Referência**, no horário das 09h às 16h, de segunda a sexta-feira, mediante prévio agendamento com as respectivas Entidades, pelos seguintes contatos:

d) FMS: Superintendência de Transportes, responsável Sr. Marcelo Rodrigues, telefone: (21) 97008-5176, ou pelo e-mail: marcelorn@pmsg.rj.gov.br;

e) FUNASG: Setor de Gerência Administrativa, responsável Sr.^a Renata Solidonio, telefone: (21) 3513-7289 e 99679-2421, ou pelo e-mail: gad@funasg.rj.gov.br;

f) IPASG: Setor de Gerência Administrativa, responsável Sr.^a Jacqueline Aparecida Ribeiro Ferreira de Oliveira, telefone: (21) 2605-4330 (Ramal 209), ou pelo e-mail: gad@ipasg.rj.gov.br.

13.2.6. Após a entrega dos veículos, os fiscais do contrato inspecioná-los-ão, visando à verificação do perfeito atendimento das especificações exigidas no **Anexo I** do Termo de Referência.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO

14.1. A fiscalização da execução do objeto do Termo será exercida por 02 (dois) servidores públicos indicados pelo CONTRATANTE, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do objeto, e de tudo dará ciência ao CONTRATANTE.

14.2. Os fiscais do CONTRATANTE deverão ter a experiência necessária para o acompanhamento e



controle da execução do objeto do Termo de Referência.

14.3. A fiscalização de que trata o subitem 14.1 não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior; e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de servidores, consoante o disposto no artigo 70 da Lei nº 8.666/93.

14.4. Os fiscais anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1. Fica reservado a Fiscalização o direito e autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, duvidoso ou omissos, não previsto neste instrumento, nas especificações, e em tudo que se relacione, direta ou indiretamente com o fornecimento do objeto deste Contrato.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculado à execução do presente Contrato, bem como por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de atos da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

16.2. É prerrogativa do CONTRATANTE as disposições previstas no Art. 58, da Lei nº 8.666/93.

16.3. O presente contrato integra o ato convocatório desta licitação e seus anexos a este termo, independentemente de transcrição, para todos os fins e efeitos legais.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

17.1. Obriga-se a CONTRATADA, por si e seus sucessores ao fiel cumprimento de todas as condições estabelecidas neste instrumento, ficando desde já, eleito o foro da Comarca de São Gonçalo, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas do presente instrumento.

Para firmeza e validade do que ficou estipulado as partes contratantes assinam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito.

SECRETARIA MUNICIPAL DE _____	
CONTRATANTE	CONTRATADA



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

TESTEMUNHAS:

Assinatura: _____

Assinatura: _____

Nome: _____

Nome: _____

CPF: _____

CPF: _____